

ADOLESCENTES E JOVENS DO BRASIL
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Ficha Técnica

ADOLESCENTES E JOVENS DO BRASIL
Participação Social e Política

Fundação Itaú Social

Antonio Jacinto Matias | Vice-Presidente
Ana Beatriz Patrícia | Superintendente
Isabel Cristina Santana | Especialista

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF

Marie-Pierre Poirier | Representante do UNICEF no Brasil
Manuel Rojas Buvinich | Coordenador de Programa
Mario Volpi | Oficial de Projetos Adolescência

Instituto Ayrton Senna

Viviane Senna | Presidente
Margareth Goldenberg | Diretora Executiva
Simone André | Coordenadora da Área de Juventude
Tatiana Filgueiras | Coordenadora Avaliação e Desenvolvimento

Pesquisa | IBOPE Opinião
Texto | Gabriela Goulart e Severino Francisco
Revisão | Patrícia Andrade e Alisson Nascimento
Reportagem | Ana Flávia Flôres, Basília Rodrigues, Beatriz Vilela,
Camila Fernandes e Thaís Rohrer
Projeto Gráfico e Diagramação | Virgínia Soares
Capa | Fotomontagem de Virgínia Soares com imagens de Mila Petrillo

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido desde que citada a fonte.

Os projetos apresentados, bem como os conceitos e as opiniões expressas pelos entrevistados, compõem esta publicação a título de contribuição ao debate e são de responsabilidade exclusiva dos mesmos.

©ADOLESCENTES E JOVENS DO BRASIL /UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

SUMÁRIO

- 4 APRESENTAÇÃO
- 7 RESUMO EXECUTIVO
- 9 **CAPÍTULO I - Um retrato do país**
- 15 **CAPÍTULO II - Encarando desafios**
 - 1. Mudança já! – chega de corrupção
 - 2. Discriminação racial – sinais de uma nova consciência
 - 3. Segurança: mais polícia, menos corrupção
- 35 **CAPÍTULO III - Foco nas políticas públicas**
 - 1. Educação: o valor da escola
 - 2. Saúde: auto-cuidado
 - 3. Trabalho: uma questão urgente
 - 4. Cultura, Esporte e Lazer: direitos da juventude
 - 5. Meios de comunicação: em contato com o outro
- 61 **CAPÍTULO IV - Convivência familiar e comunitária**
- 66 **CAPÍTULO V - Uma agenda para garantir os direitos dos adolescentes e jovens**
 - 1. O que esperar do governo
 - 2. O que oferecer ao país
- 84 **CONCLUSÃO**

APRESENTAÇÃO

O Brasil tem 17,9 milhões de habitantes entre 15 e 19 anos. São adolescentes e jovens com alto potencial de participação na vida produtiva, cultural, social e política do país. Meninos e meninas com um olhar atento para questões fundamentais: encaram problemas que afetam diretamente a sua faixa etária como a discriminação, as altas taxas de evasão escolar, o desemprego, a mortalidade por causas externas, a ausência de formação profissional, a segurança pública. Além da acuidade crítica, demonstram disposição para transformar esse cenário, assumindo compromissos

individuais para questões de âmbito coletivo. São adolescentes e jovens com inquietações sociais. Escutá-los é um passo crucial para assegurar um processo participativo de elaboração e implementação de políticas públicas.

Para contribuir com as ações de promoção dos direitos dessa população, estimulando um processo participativo, o UNICEF, a Fundação Itaú Social (FIS) e o Instituto Ayrton Senna (IAS) apresentam, nesta publicação, os resultados da pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil*: participação social e política, um estudo de âmbito nacional realizado pelo IBOPE Opinião. A pesquisa está organizada em cinco capítulos. O capítulo I – Um retrato do país – contextualiza o período de aplicação dos questionários e traz um resumo dos principais pontos positivos e negativos do Brasil na perspectiva dos entrevistados. O capítulo II – Encarando desafios – descreve os principais problemas enfrentados pelo Brasil, de acordo com as respostas apresentadas. Os entrevistados surpreendem ao destacar a discriminação racial como o segundo maior problema brasileiro, atrás da corrupção e seguido das questões de segurança. No capítulo III – Foco nas políticas públicas – são apresentadas as respostas que permitem avaliar o acesso



dos entrevistados a direitos básicos ligados às áreas de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, lazer e comunicação. O capítulo IV – Convivência familiar e comunitária – traz uma reflexão sobre o valor atribuído pelos adolescentes e jovens à família e sobre a relação que estabelecem com sua comunidade. Por último, o capítulo V – Uma agenda para garantir os direitos dos adolescentes e jovens – trabalha as possibilidades de ampliação e qualificação das políticas a partir de dois componentes: a expectativa dos entrevistados em relação aos governos e sua disposição em contribuir para a transformação social.

A faixa etária de 15 a 19 anos contemplada por este estudo reúne um grupo identificado como jovem, segundo conceito adotado pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, (pessoas entre 15 e 29 anos). Entretanto, parte desse segmento também poderia ser definido como adolescente, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (pessoas entre 12 e 18 anos incompletos). Considerando que as categorias adolescência e juventude ainda estão em pleno processo de discussão, dependendo do contexto político, cultural, histórico e legal, o UNICEF, a Fundação Itaú Social (FIS) e o Instituto Ayrton Senna (IAS) optaram pela utilização do termo “jovens adolescentes” para se referir aos entrevistados desta pesquisa.

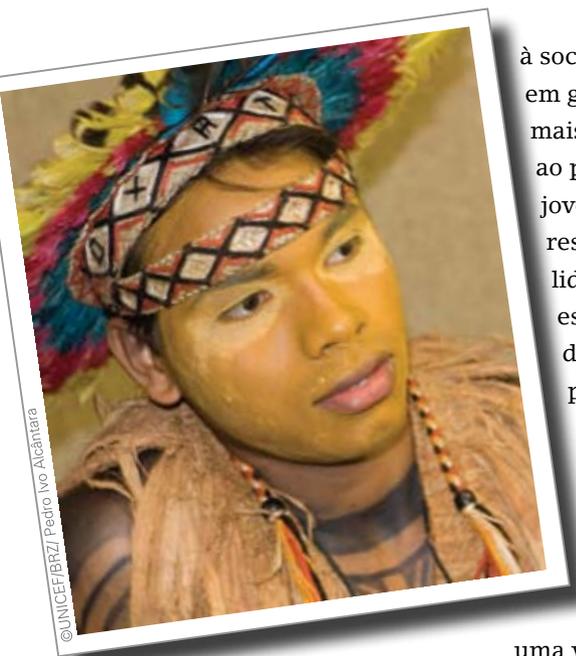
Adolescentes e Jovens do Brasil retrata um amplo espectro da diversidade dessa população: o mesmo questionário foi aplicado entre 3.010 jovens adolescentes moradores

de capitais e do interior de todas as regiões, pessoas de diferentes níveis de escolaridade, renda e raça, que estão ou não inseridos no mercado de trabalho, que vivem com os pais ou parentes, moram sozinhos, com amigos ou com o(a) companheiro(a). Um grupo complementar formado por 210 jovens adolescentes indígenas de 15 municípios foi entrevistado para que se possa apontar as peculiaridades dessa população.

A pesquisa qualitativa se dividiu em duas etapas: uma entrevista em semi-profundidade realizada com 42 jovens adolescentes de oito capitais e duas cidades do interior; e dez grupos de discussão, incluindo jovens que exercem algum tipo de liderança.

Juntos, esses componentes da pesquisa revelam a percepção de diferentes grupos em relação ao que consideram questões prioritárias para o desenvolvimento do país e apontam caminhos importantes para a formulação e implementação de políticas públicas que envolvem a faixa etária entre 15 e 19 anos.

Em geral, os entrevistados expressam uma visão crítica em relação ao país. Eles apresentam uma forte preocupação com questões coletivas, muito mais do que com problemas individuais, e estão abertos para colaborar. A intolerância com a corrupção, a consciência sobre a discriminação racial e a angústia gerada pela falta de segurança no país se destacam no estudo. Entretanto, faltam referências positivas sobre como efetivamente participar, mudar a história, seja no âmbito da família, da escola, da comunidade, ou em relação a política, esporte, lazer e cultura. Eles atribuem



à sociedade em geral, mais do que ao próprio jovem a responsabilidade por essa falta de participação.

Entre os indígenas entrevistados, evidencia-se

uma visão mais

positiva em relação ao povo brasileiro, a seus professores e a sua comunidade. A questão ambiental está no centro de suas preocupações. É esse o grupo que mais se sente discriminado e que enfrenta as maiores dificuldades na obtenção de um trabalho formal.

Iniciativas de diversas organizações não-governamentais citadas nesta publicação sob o título “Na Prática”, ilustram o potencial de participação dos adolescentes em sua comunidade, escola, família, indicando algumas estratégias positivas de transformação social. Essas são algumas das muitas experiências inovadoras desenvolvidas pelo país, aqui mencionadas para lembrar que a sociedade civil tem buscado respostas para questões ligadas à juventude. Embora não estejam necessariamente vinculadas às organizações responsáveis por

este estudo, e não tenham sido avaliadas sob os mesmos critérios desta pesquisa (com exceção do Programa SuperAção Jovem), alguns projetos foram descritos por sua capacidade mobilizadora na relação com os jovens; por estarem atentos às singularidade de cada região ou comunidade; e por valorizarem a cultura brasileira, em um contexto em que predominam os modelos estandardizados da cultura de massa, contribuindo para a revitalização de tradições culturais. Essas são algumas entre muitas experiências brasileiras que têm funcionado como laboratórios para a gestação de novas tecnologias sociais, fundamentadas na valorização das diferenças étnicas, singularidades culturais e no potencial dos adolescentes e jovens do Brasil.

Alguns temas levantados pelo estudo são comentados por especialistas e pesquisadores e complementados por informações disponibilizadas por outras fontes, o que permite interpretar os resultados deste estudo de forma contextualizada. As opiniões emitidas pelos especialistas são de responsabilidade dos próprios entrevistados e não necessariamente refletem a posição das organizações responsáveis por esta pesquisa.

Mais do que gerar dados estatísticos, *Adolescentes e Jovens do Brasil* inicia um processo de consulta a ser continuado por práticas participativas e políticas de saúde, educação, profissionalização, justiça, cultura e esporte, capazes de proporcionar uma vivência plena da adolescência e juventude no país, com envolvimento das famílias, dos jovens adolescentes e de suas comunidades.

RESUMO EXECUTIVO

O estudo *Adolescentes e Jovens do Brasil* é composto por três fases distintas, sendo duas qualitativas e uma quantitativa, conforme descrito a seguir:

1. Na primeira fase foi realizada a pesquisa quantitativa, conduzida no período de 11 a 18 de julho de 2006, com aplicação de questionário estruturado a dois grupos específicos, todos na faixa etária de 15 a 19 anos, por meio de entrevistas face-a-face com:

- 3.010 jovens adolescentes de 206 municípios;
- 210 indígenas de 15 municípios: Porto Real do Colégio-AL; Japurá-AM; Oiapoque-AP; Santa Cruz Cabralia-BA; Aracruz-ES; Barra do Corda-MA; Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti-MS; Comodoro e São Félix do Araguaia-MT; São Geraldo do Araguaia-PA; Águas Belas-PE; Manoel Ribas-PR; Charrua-RS; e Itacajá-TO.

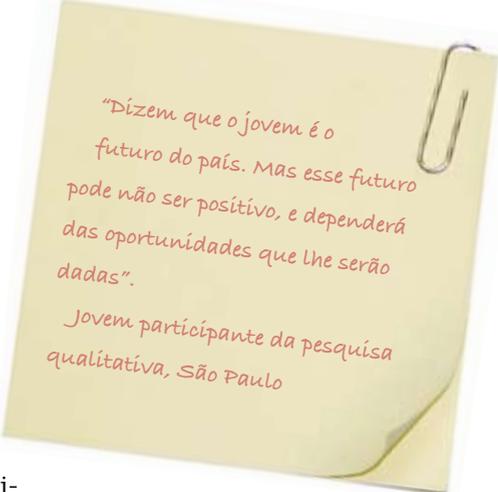
No grupo maior, composto por 3.010 jovens adolescentes, a amostra foi identificada segundo o modelo de conglomerado em três estágios. No primeiro estágio, os municípios são selecionados probabilisticamente por meio do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho) sistemático, com base na população de 15 a 19 anos de cada município. No segundo estágio, são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT sistemático.

A medida de tamanho é a população de 15 a 19 anos residente nos setores. Finalmente, no terceiro estágio, é selecionado em cada conglomerado, um número fixo da população segundo cotas de variáveis descritas abaixo:

- Sexo: masculino e feminino
- Grupos de Idade: 15-17 e 18-19
- Instrução: até 4ª série do ensino fundamental; 5ª a 8ª série do ensino fundamental; ensino médio ou superior.
- Atividade: ocupado e não ocupado.
- Fontes de dados para elaboração da amostra: Censo 2000 e PNAD 2004.

A amostra permite um intervalo de confiança de 95%, com margem de erro máxima estimada em 2% para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no universo pesquisado.

Foram realizadas entrevistas pessoais com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram feitas por uma equipe de entrevistadores contratados pelo IBOPE Opinião, devidamente treinados para abordagem deste público. Para garantir o controle de qualidade, houve filtragem em todos os questionários após a realização das entrevistas. Também



“Dizem que o jovem é o futuro do país. Mas esse futuro pode não ser positivo, e dependerá das oportunidades que lhe serão dadas”.
Jovem participante da pesquisa qualitativa, São Paulo

houve fiscalização em aproximadamente 20% dos questionários.

2. Na segunda fase, foi realizada uma pesquisa qualitativa com 42 jovens adolescentes com idades entre 15 e 19 anos, em oito capitais – Belém, Manaus, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Brasília e Porto Alegre – e duas cidades do interior – Ribeirão Preto-SP e Bagé-RS. Nessa etapa, foi utilizada a técnica de Entrevistas em Semi-Profundidade, cuja abordagem consiste na realização de uma entrevista composta de questões estruturadas e questões exploratórias, previamente agendada e conduzida por especialista, com uso de um roteiro elaborado pelo IBOPE Opinião e

aprovado pelo UNICEF, Instituto Ayrton Senna e Fundação Itaú Social. Foram realizadas entrevistas com jovens que exerciam alguma forma de liderança, ainda que em âmbito restrito. As entrevistas, realizadas entre 4 e 8 de agosto de 2006, foram gravadas e posteriormente transcritas.

3. Na terceira fase, foi realizada outra pesquisa qualitativa entre os dias 04 e 09 de agosto de 2006, por meio de 10 grupos de discussão com jovens adolescentes com idades entre 15 e 19 anos. Nessa etapa, participaram tanto os que exercem ou exerceram algum tipo de liderança, quanto jovens adolescentes sem essa vivência.

CAPÍTULO I

Um retrato do país

ORDEM E PROGRESSO

“Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra”.

Darcy Ribeiro, em O Povo Brasileiro

Uma imagem abalada

No período em que foi realizada a pesquisa – julho e agosto de 2006 –, a visão que os jovens em geral construíam sobre o Brasil parece marcada por dois fatores: o impacto de um cenário onde as lideranças positivas fracassaram e a ausência de referências sobre a cultura e a história brasileiras. Por outro lado, mesmo sob a pressão de um contexto desfavorável, alguns grupos conseguiram identificar a riqueza de potencialidades do Brasil e do seu povo.

Os jovens adolescentes brasileiros parecem não encontrar motivos para se orgulhar do país: 29% não quiseram responder a esta pergunta e 11% responderam que nada os orgulha. Entre os que encontraram um motivo de orgulho, as respostas espontâneas aparecem de forma dispersa, dividindo-se entre as belezas naturais (15%), o futebol (10%), a educação e os professores (6%) e o povo (5%). Diversos outros itens, tais como “ser um país

pacífico” ou “música e cantores brasileiros”, entre outros, aparecem com 1% ou 2% das respostas. Entre os representantes das classes D e E o número de pessoas que não quis opinar sobre essa questão é significativamente maior (34%) do que nas classes A e B (19%).

Orgulho do povo indígena

Entre os jovens adolescentes indígenas, o número de pessoas que afirmaram que nada os orgulha ficou abaixo da média (5% dos indígenas para uma média de 11% dos entrevistados em geral). O povo/cidadão brasileiro, que praticamente não é citado por outros grupos, é um dos motivos de orgulho ressaltado por esse segmento. Entre os indígenas, esse item aparece com 20% das respostas, enquanto a média de citações para o mesmo foi de 5%. Outro fator destacado por essa população é o orgulho que sentem de seus professores e seu ensino (9% das respostas dos indígenas, em uma média de 6% dos entrevistados em geral).



Tabela 1 – Maior Orgulho do Brasil – Espontânea (*)

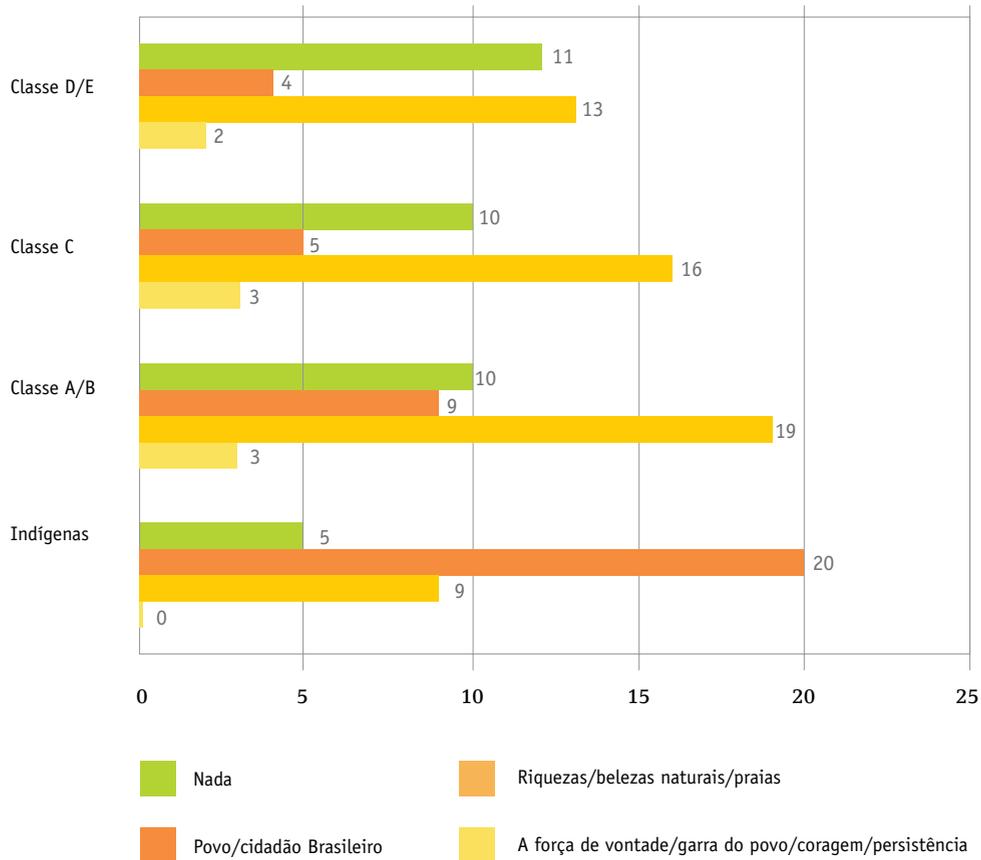
RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	Indígenas	Classe A/B	Classe C	Classe D/E
Riquezas/belezas naturais/praias	15	9	19	16	13
Futebol	10	10	9	12	10
Educação/Ensino/Professores	6	9	5	4	7
Povo/cidadão brasileiro	5	20	9	5	4
Esporte/jogadores/seleção	4	4	5	4	4
A força de vontade/garra do povo/coragem/persistência	3	0	3	3	2
Diversidade cultural	2	4	5	2	2
Floresta amazônica/florestas	2	2	2	3	1
Beleza do povo/das mulheres	2	0	4	3	1
Nada	11	5	10	10	11
Não sabe/não opinou	29	27	19	27	34
Outros – Ex: festas típicas, músicas, segurança, políticos, família, país pacífico. (**)	12	9	10	11	12

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

(**) Respostas com valor igual ou inferior a 1%

Maior Orgulho do Brasil (%)



Raio X do Brasil em 2006

Ao contextualizarmos o período de realização das entrevistas – primeiras semanas de julho de 2006 – nos deparamos com um momento em que aguardávamos a hora do voto, acompanhando os debates entre candidatos à presidência pela televisão. Às vésperas das eleições, as manchetes anunciavam escândalos políticos, ineficiência do Congresso, superfaturamento na compra de ambulâncias

e veículos para o transporte escolar, desvio de recursos destinados a programas de inclusão digital, impunidade nos casos de corrupção e acusações mútuas entre os partidos concorrentes sobre as responsabilidades pela onda de violência causada pelo PCC em São Paulo. Outro fator que eventualmente pode ter contribuído para abalar a auto-estima da pátria de chuteiras naquele período foi a desclassificação da seleção de futebol na Copa do Mundo.

Tabela 2 - Maior vergonha do Brasil – Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	Indígenas
Segurança pública	20	15
Políticos/Política	20	11
Corrupção dos políticos	9	6
Corrupção	8	3
Desemprego	7	5
Pobreza/fome/miséria	6	9
Drogas/alcoolismo/vícios	3	4
Presidente Lula	3	2
Diferenças/injustiças sociais	2	1
Violência/criminalidade	2	4
Esporte/seleção	2	1
Desrespeito ao meio ambiente	1	3
Racismo	1	3
Educação precária/analfabetismo	1	0
Outras citações com menos de 1%	1	1
Nada	1	3
Não sabe/não opinou	8	23
Outros – Ex: saúde, infra-estrutura, prostituição, justiça, polícia. (**)	8	7

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

(**) Respostas com valor igual ou inferior a 1%.

Nesse contexto, os adolescentes foram solicitados a dar respostas espontâneas sobre o que mais os envergonhava no país. Ao contrário de qualquer posicionamento alienado, geralmente atribuído à juventude, eles mostraram-se sintonizados com as preocupações que agendavam os noticiários naquele período. Os temas mais recorrentes

nas respostas estavam ligados aos políticos e à corrupção (37%, sendo 20% para políticos/política, 9% para corrupção dos políticos e 8 para corrupção) e à segurança pública (20%). Outros itens de extrema relevância social também foram mencionados, como o desemprego (7%) e a pobreza/fome/miséria (6%). A porcentagem de adolescentes que não quis

responder a esta pergunta ficou limitado a 8% e a que indicou que não há nada que o envergonhe ficou em 1%.

A população indígena entrevistada



Programa SuperAção Jovem

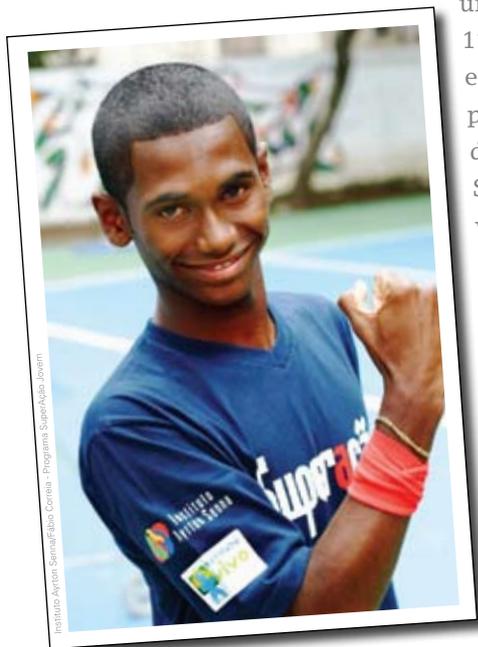
A avaliação das políticas, programas e projetos voltados à juventude é, mais que uma necessidade gerencial, um compromisso ético com a qualidade das oportunidades oferecidas aos jovens. Para mostrar concretamente o impacto de uma ação educacional inovadora,

uma amostra de 110 jovens de escolas públicas participantes do Programa SuperAção Jovem no Estado de São Paulo respondeu ao questionário desta pesquisa com base nos critérios metodológicos aplicados pelo IBOPE Opinião.

seguiu uma tendência diferente, contrária às denúncias: 23% dos jovens desse grupo optaram por não opinar e 3% afirmaram que nada os envergonha no país.

As informações obtidas a partir desta amostra revelam um grupo mobilizado e preparado para lutar pela melhoria das questões que afetam o seu cotidiano e o seu país, como pode ser constatado nesta publicação por meio dos dados disponibilizados nas tabelas 5, 6 e 7, que trazem as diferenças de atitude frente à participação política; na tabela 17, sobre a capacidade de inserção no mercado formal de trabalho; na tabela 20, que mostra a leitura como uma das atividades preferidas no tempo livre; e nas tabelas 22 e 23 que trazem o diferencial desse grupo em relação ao acesso à internet. O estudo detalhado da pesquisa realizada a partir da amostra com participantes do Programa SuperAção Jovem pode ser consultado na publicação *SuperAção Jovem: uma solução educacional para a juventude brasileira*.

O SuperAção Jovem é um programa de juventude, realizado pelo Instituto Ayrton Senna que, desde 1999, vem desenvolvendo soluções educacionais para escolas, redes de ensino e outros espaços educativos que envolvem os jovens. O Programa propõe uma nova pedagogia de trabalho com a juventude que estimula a participação autêntica dos jovens em projetos que tragam soluções criativas e concretas para melhorar sua aprendizagem, sua escola e sua comunidade.



Instituto Ayrton Senna/Instituto Senna - Programa SuperAção Jovem

Essa é a base para que escolas e jovens enfrentem juntos os desafios de saber quem são e o que querem para suas vidas (construir identidade e projeto de vida); saber conviver com o outro e com a coletividade (relacionar-se, responsabilizar-se pelo bem-comum); aprender a aprender na escola e ao longo de toda a vida (conhecer as estratégias de aprendizagem para ler, escrever, calcular, analisar e interpretar, acessar e usar informações, interagir com as tecnologias de informação e comunicação e a mídia); e praticar habilidades fundamentais para o novo mundo do trabalho (gestão de si e do outro, trabalho em equipe, capacidade empreendedora).

Essa solução educacional foi implantada, testada e avaliada em espaços educativos de diferentes contextos culturais, sociais e econômicos do país, de modo a abranger a diversidade da juventude brasileira. Hoje, sua transferência se dá em escala, atingindo redes de ensino estaduais e municipais. O SuperAção Jovem está presente nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal e já atingiu nessas e em outras regiões do Brasil quase um milhão de jovens.

Informações adicionais no site:
www.superacaojovem.org.br

CAPÍTULO II

Encarando desafios

As questões centrais no olhar da juventude

Corrupção na política, discriminação racial e falta de segurança são os três principais problemas do país na visão dos jovens adolescentes. A grande surpresa é o sinal do surgimento da consciência de que o Brasil é um país racista e de que é preciso fazer algo para superar essa situação. Ao responder a questão sobre qual seria o fator responsável pelos problemas sociais do Brasil, os entrevistados indicam em primeiro lugar a corrupção política (27%); em segundo, a discriminação racial (17%); e em terceiro, a falta de segurança (15%).

População indígena e meio ambiente

Os indígenas levantam uma preocupação que foi praticamente esquecida pelos outros grupos: a falta de interesse do povo pela proteção do meio ambiente. Um total de 9% dos indígenas, em comparação à média de 4% no geral, ressaltou a questão do meio ambiente como problema social enfrentado pelo país. Quando solicitados a apontar três itens referentes aos problemas sociais do país, esse número sobe para 26% entre os indígenas, em uma média de 15% dos entrevistados em geral.

A questão ambiental destacada pelos indígenas entrevistados para a pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* também esteve no centro das discussões do II Encontro Nacional dos Povos da Floresta, realizado em Brasília em setembro de 2007. Participaram do evento mais de 200 jovens indígenas, ribeirinhos, seringueiros e representantes de outros biomas tradicionais como caatinga, mata atlântica, cerrado, pampa e pantanal. A primeira edição do encontro havia acontecido em 1989, sob a liderança do seringueiro Chico Mendes.

Durante o II Encontro Nacional, foi discutida a construção de uma agenda alternativa que leve em conta a preservação do meio ambiente e contribua para a redução da pobreza e sustentabilidade dos povos tradicionais que estão diretamente ligados aos ecossistemas em que vivem.

Ao final do evento, adolescentes e jovens indígenas representantes de 14 estados brasileiros e 26 etnias apresentaram ao Governo Federal e ao Poder Legislativo uma carta com desafios e propostas para garantir educação indígena de qualidade, vidas saudáveis para todos os índios, afirmação de sua cultura e identidade, integridade e ampliação de seus



territórios, além de políticas de geração de emprego e renda para os jovens indígenas.

A cobertura da Revista Viração mostra o evento sob ponto de vista dos jovens. Informações adicionais:

www.revistaviracao.com.br/povos_floresta

1. Mudança já! – chega de corrupção

A preocupação dos jovens adolescentes em geral com a corrupção na política mais uma vez se evidencia em 27% das respostas sobre qual seria o principal fator que causa problemas sociais do país. Esse número sobe para 35% entre os moradores da região Centro-Oeste, que acompanham com mais proximidade o que se passa na capital da República. Quando os entrevistados devem apontar três itens para a mesma pergunta, o tema da corrupção política atinge 51% das respostas.

Este descrédito nos políticos já havia sido diagnosticado por um estudo realizado pelo Instituto Pólis e Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) em 2005. Entre os 8 mil jovens de oito regiões metropolitanas do Brasil ouvidos por essas organizações,

65% afirmaram não acreditar que os políticos representem os interesses da população. Entretanto, o estudo mostra que eles crêem na política como caminho para transformações sociais mais profundas. Ambas as pesquisas afastam a idéia do jovem alienado, que não se preocupa com o próprio país. Em *Adolescentes e Jovens do Brasil*, os entrevistados mostraram-se dispostos a ir além da crítica aos escândalos, posicionando-se em questões objetivas.

Quando indagados sobre qual seria a sua atitude pessoal para melhorar o país, apenas 7% afirmaram não poder fazer nada e 37% disseram não saber ou não quiseram opinar sobre a questão. Entre as propostas sugeridas, o voto consciente e o protesto contra a corrupção aparecem de forma clara. Entre os entrevistados, 14% afirmaram que estudariam melhor os candidatos antes de votar. Frases como “acabaria com os corruptos”, “faria protestos contra os corruptos” ou “não votaria mais em maus políticos/corruptos” cada uma dita por 3% dos entrevistados, reforçam uma tendência à reação, não à resignação.

Tabela 3 – Fator que mais causa problemas sociais no Brasil (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Branços	Negros	Pardos	Indígenas
Corrupção na política	27	13	23	33	25	35	29	24	27	17
Discriminação racial	17	29	16	14	20	17	16	16	18	17
Falta de segurança	15	17	18	12	14	10	13	16	15	14
Situação instável de empregos/ muitos desempregados	11	9	14	11	9	6	10	12	12	12
Grande diferença entre ricos e pobres	7	5	7	7	10	9	8	6	7	8
Falta de interesse do povo pela proteção do meio ambiente	4	1	5	4	4	3	4	5	4	9
Excesso de importância da posição social e origem familiar	3	3	2	4	3	3	4	4	2	5
Discriminação quanto ao sexo/gênero	5	11	5	4	5	3	6	5	5	6
Diferença entre remuneração e currículo escolar	2	4	1	2	1	1	2	2	2	2
Agir corretamente não traz benefícios	1	0	1	1	0	1	1	1	1	0
A sociedade não reflete a opinião dos jovens	2	2	1	2	2	3	1	2	2	2
Falta de ética	3	3	2	3	3	2	3	2	3	2
Impunidade	3	1	2	4	2	5	3	3	2	3
Não sabe/não opinou	0	0	1	0	0	0	0	0	1	4

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

Tabela 4 – Colaboração pessoal para melhorar a situação do país em relação ao que o/a envergonha (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Estudar melhor os candidatos antes de votar	14
Criar mais empregos	4
Aconselhar as pessoas a não praticar a violência	4
Colocar mais policiais nas ruas	3
Acabar com corruptos	3
Fazer protesto contra corruptos	3
Não votar mais em maus políticos/corruptos	3
Mudar o governo/não votar no Lula	2
Conscientizar as pessoas a denunciar agressões	2
Mostrar/orientar o povo para votar em políticos melhores	2
Ajudar as pessoas mais pobres	2
Fazer palestras sobre os malefícios das drogas/aconselhar a não usar	2
Campanha de movimentação do povo contra o problema	1
Promover melhorias na seleção brasileira	1
Não ser corrupto	1
Colocar um governo que trabalhe com responsabilidade	1
Ajudar o próximo	1
Fazer doação de comida/cestas básicas para os pobres	1
Fazer cursos/oficinas de aprendizagem	1
Estudar para ter um futuro melhor	1
Aconselhar as crianças a estudarem	1
Fazer manifestação com amigos para melhorar a educação	1
Pedir às autoridades que construam mais escolas	1
Fazer protestos/reivindicar melhorias na saúde pública	1
Acabar com todas as drogas	1
Fazer movimento para tirar maus policiais/como prender sem violência	1
Fazer movimentos a favor da paz	1
Reivindicar mais atitude das autoridades/políticos	1
Participar de entidades/ONGs para arrecadar alimento/roupa	1

Abrir casas para recuperação de menores/abrigos	1
Abrir cooperativas/trazer indústrias para a cidade	1
Fazer abaixo-assinado/mobilizar pessoas contra a poluição	1
Conscientizar as pessoas sobre o racismo/preconceito	1
Outras citações com menos de 1%	2
Nada	7
Não sabe/não opinou	37

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

De fato, pesquisas realizadas no país nos meses antecedentes às eleições comprovam que nunca foi tão expressivo o número de adolescentes de 16 e 17 anos, para quem o voto é facultativo, que retiraram o título de eleitor em 2006. Segundo estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a quantidade de adolescentes com menos de 18 anos portadores do documento passou de 2,2 milhões, em outubro de 2002, para cerca de 3 milhões em junho de 2006.

Embora a participação política via voto seja explicitamente defendida, os jovens adolescentes se dividem em relação a seu envolvimento na política. Mais da metade dos entrevistados (55%) consideram sua participação na política como uma boa opção, enquanto 41% avaliam que este caminho deveria ser evitado.

Para 52% dos entrevistados, o envolvimento do jovem com a política pode mudá-la para melhor; enquanto que para 44% deles, a política é que pode mudar o jovem para pior.

No universo pesquisado, 48% avaliam que “a participação política é um canal importante para deixar de ser utilizado pelos jovens”. Já para 47% dos adolescentes, “a política é um ambiente muito contaminado. Por isso, o jovem deve buscar outros canais de participação”.

Entre os participantes do Programa SuperAção Jovem entrevistados, praticamente não há dúvidas sobre o benefício da participação política da juventude. Um total de 91% deles considera esse envolvimento como uma boa opção e 8% que esse caminho deveria ser evitado. Nesse grupo, 75% acham que o jovem pode mudar a política para melhor e 25% que a política é que mudaria o jovem para pior. Entre os entrevistados do programa, o número dos que defendem que “a participação política é um canal importante para deixar de ser utilizado pelos jovens” é bem maior do que a média (77% entre os participantes do SuperAção Jovem, em uma média de 48% entre os entrevistados em geral).

Tabela 5 – Participação política como opção para os jovens

Resposta (%)	Entrevistados em geral	SuperAção Jovem
Uma boa opção	55	91
Deveria ser evitada	41	8
Não sabe/Não opinou	4	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

Tabela 6 - O que você acha mais provável que aconteça com os jovens que se envolverem com política?

Resposta (%)	Entrevistados em geral	SuperAção Jovem (*)
Jovem mudar a política para melhor	52	75
A política mudar o jovem para pior	44	25
Não sabe/Não opinou	4	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

Tabela 7 – Com qual destas idéias você mais concorda?

Resposta (%)	Entrevistados em geral	SuperAção Jovem
A política é um ambiente muito contaminado, por isso o jovem deve buscar outros canais de participação	47	22
A participação política é um canal importante demais para deixar de ser utilizado pelos jovens	48	77
Não sabe/Não opinou	5	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

Um olhar sobre a participação política

A visão positiva do engajamento político dos jovens é reforçada pelo cientista político Clóvis Leite Souza, 26, integrante do Grupo Interagir, organização não-governamental que fomenta a participação política e social da juventude em Brasília. Para ele, a discussão de políticas públicas de juventude aparece como uma forma extremamente positiva de envolvimento no processo político formal.

Qual a importância da participação dos jovens em grupos de discussão, movimentos e ONGs que debatem questões relevantes para a sociedade ?

Esse caminho leva os jovens ao contato com os procedimentos e as formas de fazer política institucional, e isso pode ampliar a participação em outras áreas da política também.

As instituições políticas são receptivas a essa participação? Como ampliar esse espaço?

O que existe, por parte de alguns políticos, é a percepção do impacto na quantidade de votos que esse grupo social pode representar, o que favorece a entrada de jovens em instituições políticas. A pressão é que intimida os profissionais da política, que até então ignoravam esse setor. Pelo auto-interesse de manutenção no poder, eles podem repensar a forma de tratamento e atendimento às demandas juvenis.

Informações adicionais sobre o Grupo Interagir em www.interagir.org.br, onde está disponível o boletim Falando em Política, criado durante a discussão da Política Nacional de Juventude, em 2004.

Na Prática

Rede Sou de Atitude

A Cipó – Comunicação Interativa, ONG que fomenta o desenvolvimento e a participação social de crianças e adolescentes por meio da

democratização e do uso educativo da comunicação, desenvolveu uma estratégia para garantir a participação de crianças, adolescentes e jovens na discussão de políticas públicas a partir da articulação de uma rede nacional chamada “Sou de Atitude”. Desde 2003, 39 grupos articulados em 24 núcleos ou micro-redes, distribuídos em 13 estados brasileiros (BA, PE, RN, CE, MA, SE, PI, SP, RJ, MG, AM, PA e MS) além do Distrito Federal observam e relatam

a realidade da infância, da adolescência e da juventude nas mais diversas regiões do país, como forma de contribuir para a melhoria dos serviços destinados a este público, por meio da influência nas políticas públicas.

A Rede Sou de Atitude utiliza a metodologia da Educação pela Comunicação. Os adolescentes e jovens assumem o papel de repórteres mobilizadores, e investigam suas comunidades, observando e pesquisando os serviços públicos, programas, leis e orçamentos para a infância, adolescência e juventude, e posteriormente constroem produtos como matérias jornalísticas, programas de rádio, ilustrações, fotografias e charges que relatam a realidade pesquisada.

Os grupos estão em contato permanente com conselhos de direitos e conselhos tutelares, com os Poderes Legislativo e Executivo e marcam presença em eventos, campanhas, mobilizações e atos públicos. Seus integrantes assumem, ainda, a responsabilidade de mobilizar crianças e outros adolescentes e jovens para que participem politicamente nos espaços comunitários e sociais.

Por meio do portal www.soudeatitude.org.br, os participantes da rede trocam experiências, divulgam os produtos de comunicação e planejam ações conjuntas.



Cipó Comunicação Interativa/Carol Garcia - Rede Sou de Atitude

2. Discriminação racial

Sinais de uma nova consciência

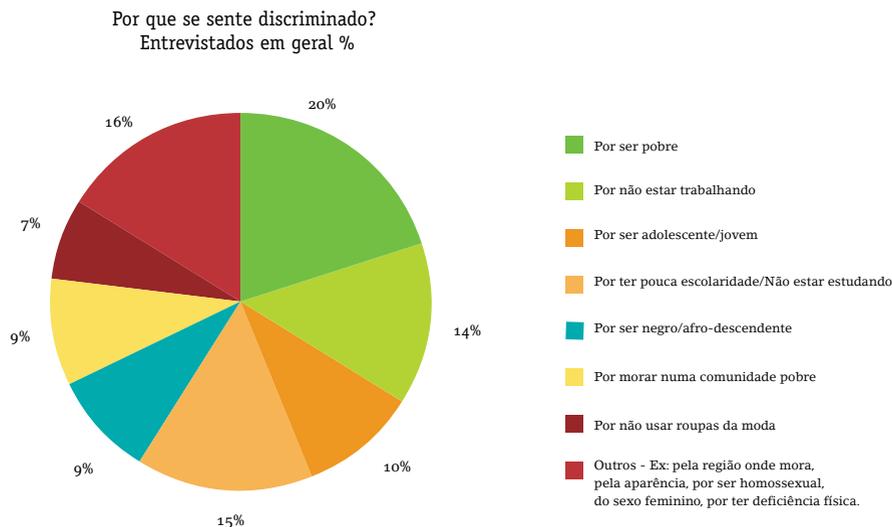
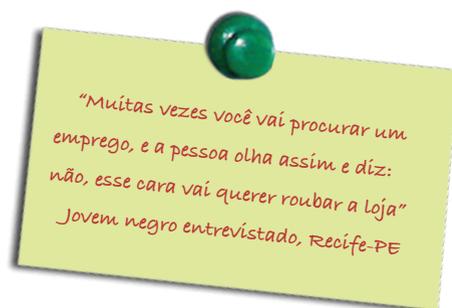
O discurso da democracia racial parece ter chegado ao fim na perspectiva das novas gerações. O fato de quase dois em cada dez entrevistados – representados por todos os grupos raciais – considerarem a discriminação racial a principal causa dos problemas sociais no país insinua a emergência de uma nova concepção sobre a desigualdade das relações raciais no Brasil. O número de jovens adolescentes que ressalta a questão chega a praticamente 4 em cada 10 entrevistados quando se pergunta quais os três principais fatores responsáveis pelos problemas sociais no Brasil. A região Norte configura-se como a área geográfica em que a discriminação racial é mais citada (29% na região Norte abordaram o assunto, em uma média de 17% dos entrevistados em geral).

O tema é novamente ressaltado quando se pergunta quais os fatores que mais geram desigualdade no Brasil e o preconceito étnico fica em segundo lugar (40%), logo após a diferença de renda (57%).

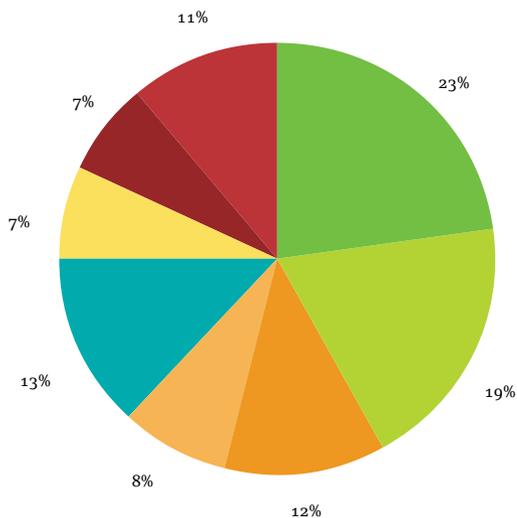
Embora observem a discriminação como um grave

problema a ser enfrentado pela sociedade brasileira, a maioria dos entrevistados não se vê como vítima dessa questão: 67% afirmam que não se sentem discriminados. Por outro lado, entre os que se sentem discriminados, quando perguntados sobre os motivos desse tratamento diferenciado, a resposta mais freqüente é “por ser pobre” (20%). Ao verificar as respostas de grupos específicos, observa-se que os que mais se sentem discriminados são os indígenas (44%). Os motivos que levam a essa discriminação nesse grupo são: a aparência/jeito de ser/ter estilo diferente (33%), ser pobre (17%), ter pouca escolaridade/não estar estudando (14%).

No caso dos jovens adolescentes negros, 43% afirmam sentirem-se discriminados. Os motivos alegados são: por ser afrodescendente (23%), por ser pobre (19%) e por não estar trabalhando (12%). Os dados apontados por representantes de outros segmentos raciais seguem a tendência dos entrevistados em geral.

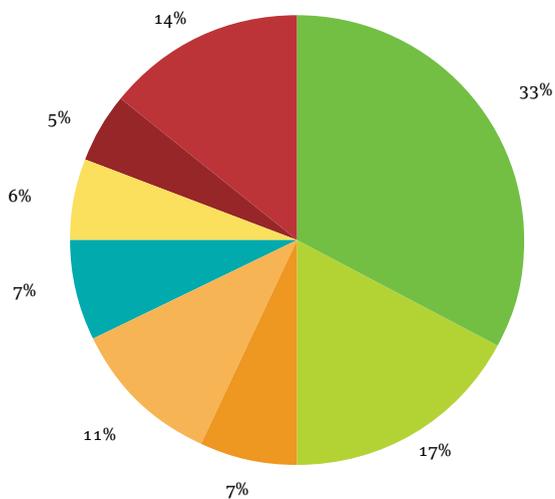


Por que se sente discriminado?
Negros %



- Por ser negro/afro-descendente
- Por ser pobre
- Por não estar trabalhando
- Por ser adolescente/jovem
- Por ter pouca escolaridade/Não estar estudando
- Por morar numa comunidade pobre
- Por não usar roupas da moda
- Outros - Ex: pela região onde mora, pela aparência, por ser homossexual, do sexo feminino, por ter deficiência física.

Por que se sente discriminado?
Indígenas %



- Pela aparência./jeito de ser/ter estilo diferente
- Por ser pobre
- Por não estar trabalhando
- Por ter pouca escolaridade/Não estar estudando
- Por morar numa comunidade pobre
- Por não usar roupas da moda
- Por ser adolescente/jovem
- Outros - Ex: pela região onde mora, pela aparência, por ser homossexual, do sexo feminino, por ter deficiência física.

Na Prática

Projeto Zanauandê

A preocupação dos jovens adolescentes brasileiros com a discriminação racial apontada pela pesquisa já havia sido tema de discussão entre participantes do I Quilombinho – Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas, organizado pelo Projeto Zanauandê, em julho de 2007, em Brasília. O evento recebeu o apoio da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR/PR, Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH/PR e UNICEF. O encontro reuniu jovens moradores de comuni-

dades remanescentes de Quilombos para tratar de temas ligados a educação, tradição, relacionamento familiar, saúde e política por meio de debates, música, dança e brincadeiras.

De acordo com a SEPPPIR/PR, estima-se que atualmente no Brasil vivam cerca de 900 mil quilombolas de

0 a 17 anos – uma parte da população jovem do país não totalmente atendida pelas políticas públicas existentes. Após o Encontro, uma carta que levanta os principais pontos abordados no I Quilombinho foi entregue ao Senado Federal. Entre eles está o pedido de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. O grupo também reivindica maior apuração dos crimes contra as crianças, adolescentes e famílias quilombolas; atuação de agentes públicos para cumprimento da lei anti-racismo, construção de postos de saúde e escolas, melhor formação dos educadores das comunidades, acesso ao esporte, defesa do meio ambiente e respeito à cultura e às manifestações quilombolas. Como discutido no encontro, o fortalecimento da juventude Quilombola é fundamental para garantir a continuidade da riqueza cultural dessa população.



ILDA/C/Fernando Barbosa Gomes - Zanauandê

Um olhar sobre o preconceito racial

A evidência da discriminação racial como um dos maiores problemas brasileiros – atestada por *Adolescentes e Jovens do Brasil* – pode ser interpretada positivamente, segundo o antropólogo da Universidade de Brasília José Jorge de Carvalho. Em entrevista, ele comenta os dados da pesquisa sobre o tema.

O que teria contribuído para que o racismo se destacasse como uma das principais preocupações dos jovens brasileiros?

O dado indica que os jovens já estão vivenciando uma época em que há uma luta maior para resolver esse problema. Já não se

questiona mais a existência do racismo. Isso é otimista porque uma parte do que precisamos resolver sobre a discriminação racial está sendo feita. As cotas para negros nas universidades federais são um exemplo disso. Há muitas matérias na imprensa sobre casos de racismo, o que antes era muito silenciado.

Como o senhor avalia as possibilidades de reverter esse quadro de discriminação?

Provavelmente seremos racistas ao longo de todo o século 21. As políticas têm que continuar durante, no mínimo, uma geração, para que alguns resultados possam ser percebidos.

O papel da educação

O perfil educacional dos 3.010 jovens adolescentes entrevistados na pesquisa traz os seguintes dados: 14% estudaram até a 4ª série do ensino fundamental, 45% chegaram ao nível de 5ª a 8ª série e 42% atingiram o ensino médio ou ensino superior incompleto. Ao comparar o nível de escolaridade com a porcentagem de entrevistados que afirmam sentirem-se discriminados, é possível perceber que o fator educacional é determinante para a auto-estima do brasileiro. Um total de 41% dos entrevistados com formação até a 4ª série

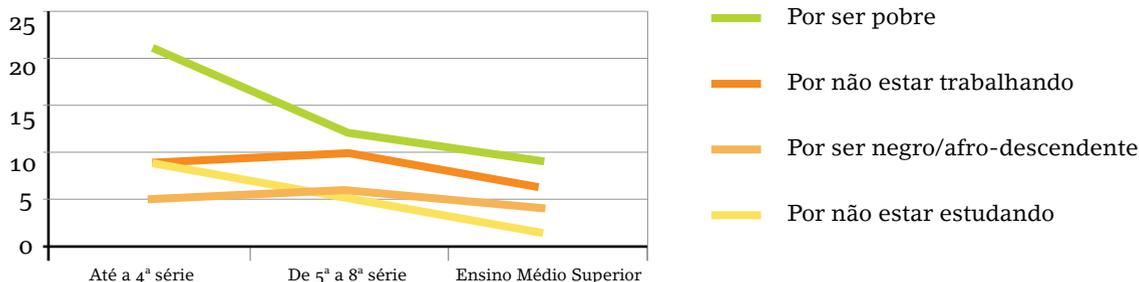
do ensino fundamental sente-se discriminado. Entre os que têm escolaridade da 5ª a 8ª série, a porcentagem chega a 35%. Esse número é reduzido para 28% entre os que estão no ensino médio ou superior.

A pesquisa qualitativa traz um dado importante sobre o papel da educação na vida do adolescente: o espaço onde o jovem tem mais voz e oportunidades de participação é a escola. Essa percepção, no entanto, difere entre alunos de escolas públicas e particulares: os estudantes de escola pública que participaram dos grupos focais vêem uma relação difícil entre

a direção e os professores com os estudantes. Para eles, isso seria produzido pela desmotivação dos docentes, devido à falta de investimento na área de educação. Os estudantes

de escolas particulares, por outro lado, reconhecem o ambiente escolar como um espaço democrático e consideram o grêmio estudantil como o principal canal de participação.

Discriminação por nível de escolaridade



Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

Um olhar sobre discriminação e escolaridade

Essa possível relação entre escolarização e a construção da auto-estima dos adolescentes, indicada na pesquisa, é ratificada pelo sociólogo Wagner Santos, pesquisador do Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ação Comunitária. Santos é responsável pelo Programa Jovens Urbanos (PJU), uma iniciativa da Fundação Itaú Social que procura expandir o repertório sociocultural de jovens moradores de regiões metropolitanas em situações de vulnerabilidade. O programa oferece formação para 480 jovens por meio de ONGs ligadas à área cultural, ao mundo do trabalho e ao uso de tecnologias.

De que forma o nível de escolaridade influencia a auto-estima do jovem brasileiro?

A baixa escolaridade contribui para que os jovens se tornem alvo de exclusões e estigmatizações múltiplas, principalmente nas grandes cidades. É legítimo o sentimento de discriminação vivenciado pelos jovens. Em geral, esses jovens experimentam a destituição de outros direitos sociais básicos, vivem em famílias com renda inferior a um salário mínimo, trabalham majoritariamente em empregos informais e são as maiores vítimas e também vitimizadores de óbitos por causas externas. As taxas de desemprego da juventude chegam ao dobro

Um olhar sobre discriminação e escolaridade

da existente no âmbito geral da População Economicamente Ativa. Esse é o grande desafio do sistema educacional – definir suas funções sociais e possibilidades no complexo contexto da vida moderna, com seus graves problemas sociais que atingem diretamente a população juvenil.

Que ações educativas poderiam efetivamente contribuir para o desenvolvimento dos jovens?

É preciso reconhecer esse jovem como interlocutor, entender as escolas como parte de contextos e não como ilhas isoladas, produzir práticas educativas considerando as realidades, possibilidades e desafios dos territórios; aliando-se a isso, as reformas estruturais

e ações políticas. Para tanto, a escola precisa estar articulada a uma rede de parcerias que viabilizem e sustentem ações amplas de educação na cidade. Ao entrarem em contato com a multiplicidade cultural em ação nas cidades e na vida juvenil, os jovens ampliam suas capacidades de pensar e agir sobre e no mundo. A elaboração de produtos e projetos potencializam as subjetividades juvenis, pois permitem ao jovem atuar com autonomia e construir um projeto de vida individual e social. Ainda, por meio da produção, os jovens adquirem maior confiança neles mesmos e exercitam a partilha social.

Informações adicionais sobre o Programa Jovens Urbanos em www.cenpec.org.br

Na Prática

Apôitchá - Educação com criatividade

Vencedora da edição 2005 do Prêmio Itaú-UNICEF, a ONG, Apôitchá - Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental, proporciona a crianças, adolescentes

de 7 a 16 anos do município de Lucena-PB a oportunidade de participar de oficinas de arte-educação, despertando o gosto pela leitura e escrita.

O nome Apôitchá é inspirado em uma expressão local dos caboclos que quer dizer “a pois tá”. O objetivo da iniciativa é integrar as famílias no projeto e assim disseminar a importância da alfabetização e do estudo, em detrimento do trabalho. Os índices de Lucena mostram que 32% da população não sabe ler e nem escrever. Também é preocupante a incidência do trabalho infantil e da violência

doméstica no município. Para buscar soluções para essas questões, a Apôitchá procura discutir temas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, abuso sexual, trabalho infantil e prevenção à violência nas oficinas.

A inclusão social dos meninos e meninas ocorre naturalmente, a partir de um modo inovador de ensinar, por meio da arte de representar, do teatro de bonecos, do grafite, da comunicação, do artesanato, da música, da brinquedoteca, da leitura e da escrita.

Informações adicionais sobre o Projeto Apôitchá em: www.apoitcha.org.br



Projeto Apoitcha/Victor Alvarado



3. Segurança: mais polícia, menos corrupção

Entre os principais fatores que causam problemas sociais no país apontados pelos jovens adolescentes, destaca-se a falta de segurança, ocupando o terceiro lugar, depois da corrupção e da discriminação racial. O tema aparece com 15% das respostas espontâneas; e 52% das respostas quando os entrevistados devem apontar as três temáticas que mais causam problemas sociais no país. A questão ameaça de forma mais contundente alguns grupos específicos, como é o caso dos meninos e meninas com menor escolaridade (60%), menor renda em salários mínimos (58%) e representantes das classes D e E (57%).

Na região onde moram, 57% dos adolescentes sentem-se insatisfeitos ou muito insatisfeitos em relação à segurança pública. Para eles, o tráfico de drogas é a forma de violência mais evidente (28%).

A questão parece ter tomado uma dimensão que extrapola o poder de ação pessoal dos jovens. Entre os entrevistados 44% não opinam e 12% declaram que nada podem fazer no âmbito pessoal para contribuir com a solução dos problemas ligados à segurança. Algumas sugestões aparecem de forma dispersa, tais como aconselhar a não sair sozinho (8%), denunciar ou incentivar a denúncia (7%) ou aconselhar as pessoas a não se envolverem com drogas (3%).

O relatório *Jovens em Situação de Risco no Brasil*, lançado em junho de 2007 pelo Banco

Mundial, levanta questões importantes para uma parte da juventude que, pela presença de determinados fatores em suas vidas, pode ser levada a assumir comportamentos danosos para si mesma e para suas sociedades, incluindo a repetência e evasão escolar, a ociosidade (sem estudo nem trabalho), o uso de drogas, os comportamentos violentos, a iniciação sexual precoce e as práticas sexuais arriscadas.

A pesquisa do Banco Mundial inova ao estimar os custos monetários desses comportamentos tanto para os indivíduos quanto para a sociedade em geral, fornecendo insumos para a formulação de políticas. Segundo os autores, os comportamentos de risco na juventude levam o Brasil a perder R\$ 300 bilhões por geração.

Os autores do estudo desenvolveram o Índice de Bem-Estar Juvenil para medir as variações regionais do risco entre jovens. Eles defendem que essas diferenças deveriam ser consideradas no momento de elaborar estratégias de investimentos. A pesquisa do Banco Mundial sugere, como encaminhamento para políticas públicas, ações que contribuam para o fortalecimento de comunidades e famílias, investimento na primeira infância e na permanência na escola, coordenando esforços entre o governo federal, governos estaduais, sociedade civil, setor privado e comunidades.

Informações adicionais sobre o estudo em: <http://www.bancomundial.org.br>

Tabela 8 - Fatores que causam problemas sociais (*)

RESPOSTA (%) 1º+2º+3º lugar	Entrevistados em geral	Branços	Negros	Pardos	Indígenas	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro- Oeste
Falta de segurança	52	49	53	53	47	54	60	46	50	48
Corrupção na política	51	54	48	51	30	41	43	58	51	58
Situação instável de empregos/muitos desempregados	43	39	43	44	38	41	46	43	37	40
Discriminação racial	38	38	38	37	37	48	37	36	40	36
Grande diferença entre ricos e pobres	28	29	26	27	28	25	27	28	28	30
Falta de interesse do povo pela proteção do meio ambiente	15	15	16	14	26	14	16	14	18	12
Impunidade	14	13	13	15	9	12	12	16	11	17
Falta de ética	13	13	13	12	11	13	11	14	12	13
Discriminação quanto ao sexo/gênero	12	11	11	13	14	20	11	11	10	10
A sociedade não reflete a opinião dos jovens	8	8	11	8	6	9	9	8	9	11
Excesso de importância da posição social e origem familiar	7	8	8	5	9	5	5	9	6	6
Diferença entre remunera- ção e currículo escolar	7	8	6	6	6	7	5	8	6	6
Agir corretamente não traz benefícios	3	3	4	2	2	1	4	2	1	3
Outros	1	1	0	1	0	1	0	1	1	1
Não sabe/não opinou	0	0	0	1	4	0	1	0	0	0

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Tabela 9 - Colaboração pessoal para resolver problemas de segurança - Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Não sabe / não opinou	44
Nada / não tem como ajudar	12
Aconselhar a não sair sozinho	8
Denunciar / incentivar a denúncia	7
Aconselhar as pessoas a não se envolver com drogas	3
Cobrar das autoridades competentes / responsáveis	3
Denunciar traficantes / bandidos / infratores	3
Cobrar das autoridades competentes responsáveis	3
Aconselhar a não sair / sair sozinho	2
Aconselhar as pessoas a não brigar	2
Conscientizar as pessoas sobre estes problemas	2
Dar palestras educativas	2
Dialogar / conversar	2
Fazer atividades / ocupar as pessoas com atividades	2
Fazer campanhas educativas	2
Aconselhar a não praticar violência	2
Não me envolver com brigas / violência	2
Fazer atividades / ocupar as pessoas com atividades	2
Investir em segurança pública	1
Fazer manifestações com jovens / pessoas em geral	1
Aconselhar sobre os riscos das drogas	1
Pedir policiais mais qualificados	1
Denunciar os agressores às autoridades	1
Criar leis mais rígidas	1
Denunciar policiais corruptos	1
Proibir a fabricação / venda / distribuição de armas	1
Prender traficantes / bandidos / delinqüentes	1
Conscientizar a não se envolver com gangues	1
Procurar me proteger / Tomar cuidado / Pessoas se protegerem	1
Fazer reuniões com moradores / jovens para combater o problema	1
Incentivar a prática de esportes	1
Dar bons exemplos não usando drogas / bebidas	1
Ter mais oportunidade para estudar / incentivar os estudos	1
Andar em boa companhia/ não andar com infratores	1
Promover debates	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das percentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Polícia e violência

Ao analisar o que motivaria a violência no Brasil, os entrevistados equilibram suas respostas entre o que seriam causas sociais, como a falta de emprego (43%), o aumento da pobreza (29%) e a falta de educação (20%); e o que seriam evidências concretas desta violência, como o número de assaltos, seqüestros e roubos (37%) e o número de mortes violentas de adolescentes (34%).

A percepção acerca da violência varia conforme a classe social, o nível de instrução e renda, e também segundo a raça. Entre os negros, 48% atribuem a violência à falta de emprego, enquanto a média para essa opção

é de 43%. A mesma resposta também aparece de forma mais acentuada entre os moradores da região Norte (48%), com escolaridade até a 4ª série do ensino fundamental (47%) e com renda familiar mensal de até um salário mínimo (47%).

A associação da violência com assaltos, seqüestros e roubos por sua vez é proporcionalmente mais evidente entre entrevistados com maior nível de escolaridade (44% entre os que completaram o ensino médio ou estão no ensino superior, enquanto a média é de 37%) e entre os jovens adolescentes de maior poder aquisitivo (43% entre os que têm renda familiar acima de 5 salários mínimos).

Tabela 10 - Por que considera o Brasil um país violento? (*)

RESPOSTA (%)	Adolescentes em geral
Causas Sociais	%
Pela falta de emprego	43
Pelo aumento da pobreza	29
Pela falta de policiamento	24
Pela falta de educação das pessoas	20
Evidências Concretas	%
Número de assaltos, seqüestros, roubos	37
Número de mortes violentas de adolescentes	34
Número de situações de abuso, maus-tratos e exploração	27
Pela atuação da polícia, que é muito violenta	15
Pela violência doméstica e agressões dentro de casa	15
O Brasil não é um país violento	6
Outras citações com menos de 1%	1
Não sabe/Não opinou	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Um olhar sobre a segurança pública

Diante dos dados apurados por *Adolescentes e Jovens do Brasil* acerca da violência, a diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro, Julita Lemgruber, faz uma reflexão sobre a importância de programas de prevenção à violência voltados especificamente para jovens e que conjugam ações educacionais, sociais e de saúde, com ações de polícia.

Que tipo de investimento tornaria o trabalho da polícia mais eficiente?

Sobretudo, é preciso investir no aperfeiçoamento dos controles internos e externos da

polícia. Precisamos ter uma polícia em que a população confie. Uma polícia que não faça da violência e corrupção práticas rotineiras. Os investimentos devem se voltar, prioritariamente, para a prevenção e para a melhoria das polícias e não para prisões. Uma pesquisa muito respeitada da Rand Corporation nos Estados Unidos demonstrou que um milhão de dólares investidos em presos e prisões evitam um número de crimes muito menor do que um milhão de dólares investidos em educação ou programas sociais para as famílias de jovens em situação de risco.

CAPÍTULO III

Foco nas políticas públicas

Do levantamento *Adolescentes e Jovens do Brasil* emergem questões que ajudam a compreender até que ponto os jovens adolescentes têm acesso a direitos básicos ligados a educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer, e comunicação. A partir de suas respostas, é possível iniciar a construção de um diagnóstico sobre as políticas públicas voltadas para essa faixa etária, que pode subsidiar ações nas esferas municipal, estadual e federal.

1. Educação: o valor da escola

Entre os fatores considerados mais importantes para se ter sucesso na sociedade, a escolaridade ocupa o primeiro lugar, com 49% das respostas, seguida pela oportunidade de emprego (47%) e pela capacidade ou esforço individual (47%). Esse é apenas um dos aspectos da pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* que evidenciam o quanto os jovens adoles-

centes valorizam a educação, principalmente os que tiveram oportunidade de avançar nos estudos.

Em geral, o abandono escolar é motivado muito mais por questões alheias à vontade do jovem, como a necessidade de trabalhar ou cuidar do filho, do que por uma percepção negativa da escola. Esses fatores remetem a uma necessidade de melhor articular a política de educação com as demais políticas sociais, particularmente no que diz respeito ao trabalho.

Entre os entrevistados, 67% mantêm o vínculo com a escola e 33% estudaram, mas não estudam mais. Quem tem maior poder aquisitivo permanece mais tempo na vida escolar: 80% dos representantes das classes A e B estão estudando, enquanto esse dado se reduz para 58% entre os representantes das classes D e E.

Tabela 11 – Atualmente você

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	Classe A/B	Classe C	Classe D/E
Está estudando	67	80	71	58
Já estudou, mas não estuda mais	33	20	29	42
Nunca estudou	0	0	0	0

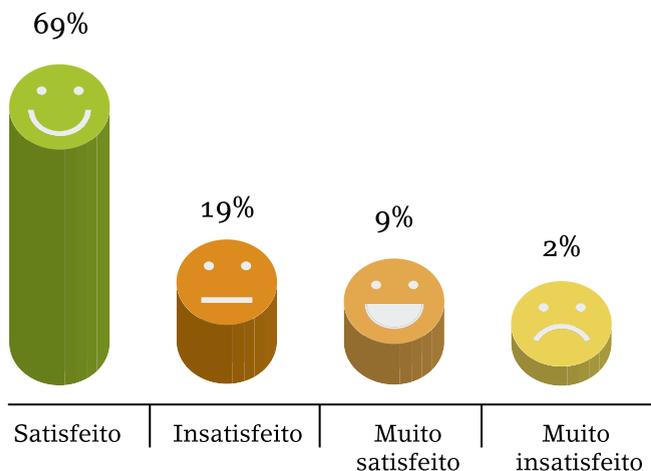
Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007



Grande parte dos entrevistados (83%) estudou ou estuda somente em escola pública e está satisfeita (69%) ou muito satisfeita (9%) com essa escola. Os que atingiram as séries mais avançadas dificilmente abandonam os estudos. A relação entre as taxas

de evasão e o baixo nível de escolaridade é clara: 62% dos entrevistados que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental já pararam de estudar. Dos que chegaram ao nível médio ou superior, 25% abandonaram os estudos.

Como se sente em relação à(s) escola(s) em que estuda/estudou? (*)



Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência dos arredondamentos

Entre os entrevistados que já deixaram a escola (33%), os três principais motivos que explicam a evasão são: precisar trabalhar (24%); gravidez (13%); e dificuldade financeira (9%). Embora não sejam proporcionalmente relevantes, vale refletir sobre respostas mais

ligadas aos valores pessoais do que a fatores externos, como “não gosto da escola” (8%); “já estudei o suficiente” (7%); ou “não acho necessário estudar” (4%). Esse último item é mencionado por 19% dos jovens adolescentes com escolaridade abaixo da 5ª série.

Razão para deixar a escola (%)

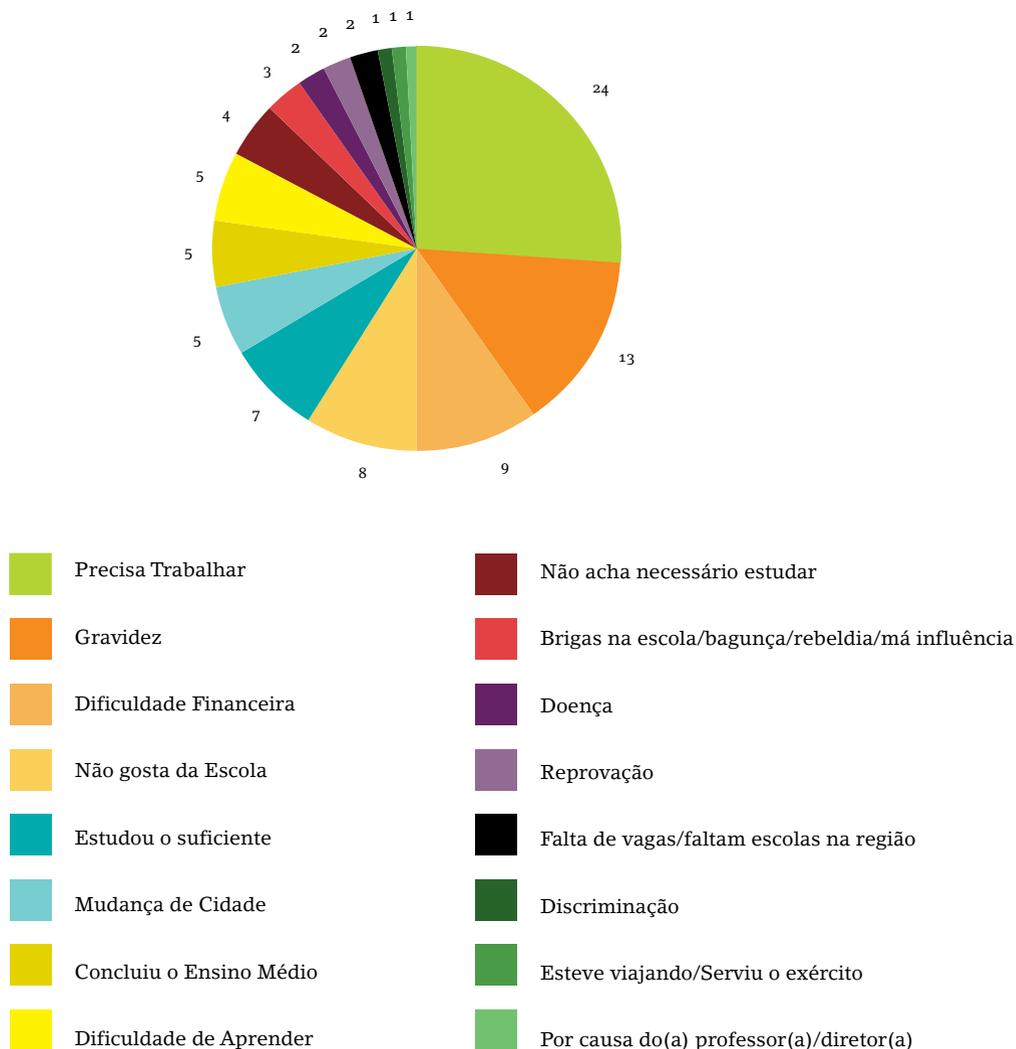


Tabela 12 - Razão para deixar a escola (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Precisa trabalhar	24
Gravidez	13
Dificuldade financeira	9
Não gosta da escola	8
Estudou o suficiente	7
Mudança de cidade	5
Concluiu o ensino médio	5
Dificuldade de aprender	5
Não acha necessário estudar	4
Brigas na escola / bagunça / rebeldia / má influência	3
Falta de interesse / não gosta de estudar	3
Não sabe / não opinou	3
Doença	2
Reprovação	2
Falta de vagas / faltam escolas na região	2
Casamento	2
Outras situações com menos de 1%	2
Discriminação	1
Esteve viajando / Serviu o exército	1
Por causa do(a) professor(a) / diretor(a)	1
Preguiça	1
Cuidar do filho / irmã / mãe / pai / parentes	1
Pai / mãe / marido não deixaram	1
Por ter medo de ir para a escola à noite	1
Está em processo de vestibular	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Entre as meninas que pararam de estudar (33%), o principal motivo para o abandono escolar é a gravidez (26%). Essa motivação para

deixar a escola é mais freqüente nas regiões Norte e Nordeste (17% e 18% respectivamente, enquanto a média é de 13%) e nos grupos de

menor poder aquisitivo (18% nas classes D e E e 5% nas classes A e B).

Os motivos que levam os jovens adolescentes a abandonar a escola apresentam relativa variação segundo a raça/cor. Enquanto para os indígenas, negros e pardos, as principais razões estão ligadas à gravidez (19%, 16%

e 15%) e ao trabalho (25%, 21% e 26%); os brancos, além da necessidade de trabalhar (24%), alegam que já estudaram o suficiente (10%). A necessidade de trabalhar também é mais presente entre os moradores de municípios pequenos (28%) e nas classes de menor poder aquisitivo (26% nas classes D e E).

Um olhar sobre a desigualdade na educação

As regiões, grupos étnicos e questões de gênero são alguns aspectos que parecem influenciar a relação que os jovens adolescentes estabelecem com a escola. Para compreender o impacto dessas diferenças na educação, o professor do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Universidade Federal de Minas Gerais José Francisco Soares explica como as políticas de educação podem ser avaliadas a partir do aluno.

Que sinais devem ser observados para um diagnóstico mais preciso sobre a educação?

Nossa sociedade espera da escola muito mais que acesso e permanência. Ela quer que os alunos adquiram as competências cognitivas necessárias para uma vida pessoal produtiva e feliz e uma inserção social crítica, assim como competências não cog-

nitivas que contribuam para a construção de uma sociedade melhor para todos. O problema é que nossos alunos aprendem muito pouco, o que caracteriza uma crise na qualidade da educação. Há, entretanto, um outro objetivo que, embora crucial para a sociedade brasileira, não tem recebido a devida atenção: é preciso que os sistemas de educação produzam resultados mais equitativos ou, em outras palavras, mais justos.

Que fatores determinam esse desequilíbrio na área educacional?

Há diferenças de aprendizado entre escolas públicas e privadas, mas também entre escolas públicas que recebem alunos com o mesmo perfil socioeconômico. Essa injustiça educacional também varia segundo a cor da pele e local de residência. Do ponto de

Um olhar sobre a desigualdade na educação

vista escolar, há diferenças causadas pelos estilos de gestão, projetos ou métodos pedagógicos, formação ou nível de envolvimento dos professores, além da ausência de rotinas e processos bem definidos nas escolas, o que nos permite dizer que as escolas poderiam aplicar os recursos dos quais já dispõem para melhorar seus resultados.

Quais os possíveis caminhos para superar esse quadro de desigualdade na educação?

Nossa crise da educação tem duas dimensões: a primeira relativa ao nível do aprendizado e, a segunda, à sua distribuição social. Por isso, o desafio não

é somente o de melhorar a qualidade da educação, mas também de reduzir drasticamente as diferenças entre a qualidade encontrada nos diversos grupos sociais. É preciso avançar nas pesquisas empíricas nessa área para determinar suas causas e formas de superação. Além disso, é importante a difusão de indicadores acessíveis, que descortinem essa desigualdade, para que os pais saibam que seus filhos não estão aprendendo o suficiente nas escolas públicas onde estão matriculados. O envolvimento das famílias e da sociedade é importante, pois esses agentes têm o papel de criar uma demanda social por melhor desempenho e igualdade.

De volta à escola

A eventualidade de voltar para as salas de aula depende de fatores ligados à melhora na renda (17%), à disponibilidade de ter uma escola onde seja possível conciliar o estudo com o trabalho (12%) e que seja próxima de casa (10%). O interesse e a vontade de estudar como requisito para voltar às aulas é citado por 9% dos entrevistados. A necessidade de encontrar alguém que cuide do filho, mencionada

também por 9%, faz parte da fala principalmente das meninas (17%); dos indígenas (19%) e dos entrevistados que são casados ou vivem com alguém (24%).

Ao repensar a característica socializadora da escola, os gestores responsáveis pela educação não podem perder de vista os aspectos que mantêm os adolescentes e jovens motivados a aproveitar as oportunidades proporcionadas por esse ambiente. Cada entrevistado foi solicitado a

Tabela 13 - O que precisa acontecer para voltar a estudar? - Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Melhorar o salário / renda da família	17
Ter escola com horário flexível para trabalhar e estudar	12
Ter vaga em escola / faculdade perto de casa / conseguir vagas	10
Não acha necessário estudar	10
Encontrar alguém para cuidar do meu filho	9
Ter interesse / vontade de estudar	9
Encontrar escola legal em que me sinta respeitado / que não discrimine as pessoas	6
Ter um programa que assegure uma bolsa mensal, tipo Bolsa Escola	5
Trabalhar para pagar os estudos / ter mais independência	3
Iniciar o ano letivo	2
Filhos crescerem	2
Ter condições financeiras para fazer uma faculdade	2
Outras citações com menos de 1%	2
Ter escolas / faculdades acessíveis / descontos / bolsas	1
Fazer cursos técnicos / profissionalizantes	1
Conseguir cursar / ser aprovado(a) na faculdade	1
Ter incentivo de amigos/ familiares / da própria escola	1
Ter coragem / perder a vergonha de voltar	1
Ter melhor nível de ensino nas escolas	1
Ter mais tempo	1
Filho nascer	1
Trabalhar menos / não trabalhar	1
Conseguir passar no vestibular	1
Ter mais preparo / mais estudo	1
Ter uma escola mais segura	1
Chegar de viagem / terminar o exército	1
Não é necessário acontecer nada	0
Não sabe / Não opinou	10

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

apresentar três fatores de aprovação da escola, entre os quais destacam-se: o interesse e o preparo dos professores (64%); os alunos/colegas/amigos (43%); a promoção de atividades culturais, esportivas e extracurriculares (37%); boa direção (28%) e a

promoção de debate, participação e envolvimento nos assuntos da comunidade (18%). Os indígenas ressaltaram uma relação positiva com os docentes. Nesse segmento, 78% considera os professores como o que mais gostam na escola.

O que mais gosta/gostava na escola (%)

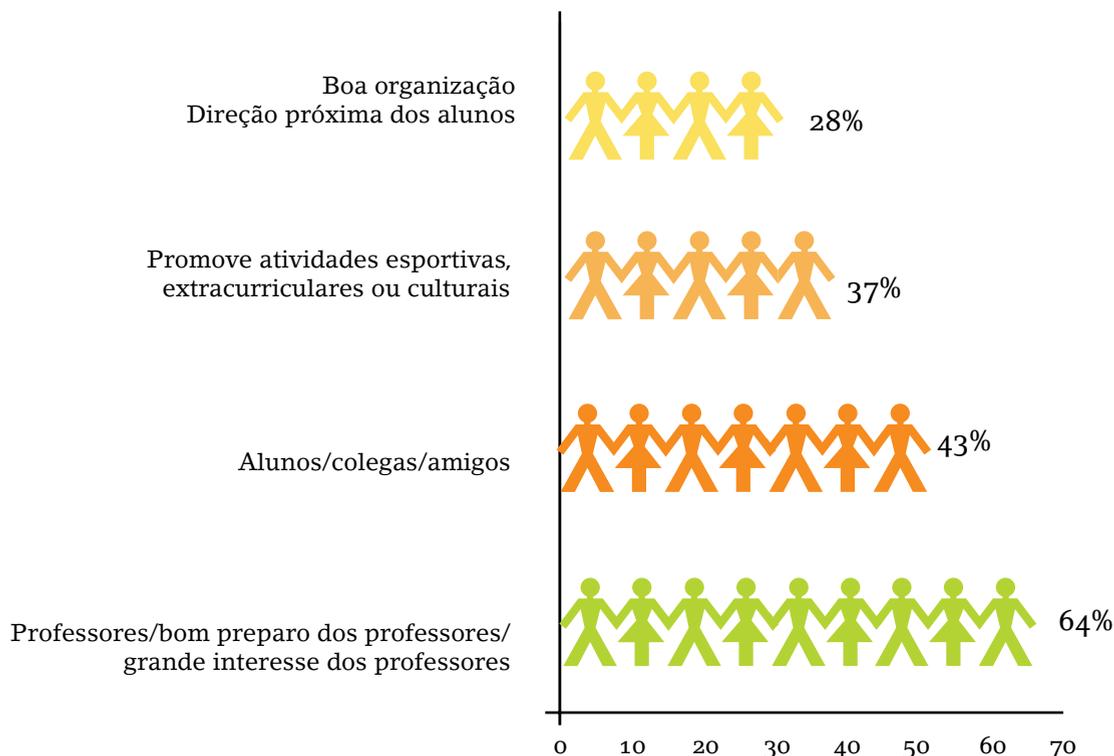


Tabela 14 - Fatores que mais gosta/gostava na escola (*)

RESPOSTA (1º, 2º e 3º lugar)	Entrevistados em geral (%)
Professores/bom preparo dos professores/grande interesse dos professores	64
Alunos / colegas / amigos	43
Promove atividades esportivas, extracurriculares ou culturais	37
Boa organização / Direção / Direção é próxima aos alunos	28
Debates, participação e envolvimento nos assuntos da comunidade	18
Boa estrutura física da escola (salas de aula, equipamentos, etc)	15
Merenda	9
Ter todas as aulas / não ter aulas vagas	8
Promove atividades extracurriculares	1
Oferece espaço e oportunidades para debates e participação dos alunos	12
Do envolvimento da escola nos assuntos da comunidade	6
Não ter problemas com drogas	19
Não ter problemas com violência	15
Promove atividades culturais	12
Proporciona o envolvimento dos jovens nos assuntos da comunidade	6
Informática	11
Outros	1
Nenhum	0
Não sabe / não opinou	2

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Um olhar sobre a educação indígena

Para compreender a valorização da educação pelos indígenas – demonstrada na pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* – a Coordenadora da Área de Educação da FUNAI – Fundação Nacional do Índio – Helena de Biase levanta alguns fatores que podem influenciar na definição de prioridades dessas populações.

Por que a educação formal estaria sendo tão valorizada pelos indígenas?

Em primeiro lugar, grande parte dos indígenas tem acesso a uma escola intercultural nas aldeias, recebendo educação diferenciada, com a sua própria língua e conhecimentos tradicionais. Entretanto, esse modelo de educação diferenciada, em geral, contempla apenas o nível de 1ª a 5ª série.

Para continuar seus estudos, os adolescentes indígenas acabam saindo das aldeias. Há outro aspecto importante: a cidade encostou na comunidade indígena. A relação com a sociedade envolvente é cada vez mais intensa, levantando outras necessidades nessas populações. Por outro lado, muitas comunidades também estão em terras pequenas, com pouca perspectiva de sustentabilidade social dentro do seu próprio território. Os estudos aparecem então como uma possibilidade de melhora de qualidade de vida, inclusive visando geração de renda a longo prazo. Os adolescentes indígenas sentem que já não têm muita perspectiva de futuro se viverem apenas dos recursos da sua comunidade. A educação tornou-se, portanto, uma questão de sobrevivência.

2. Saúde: auto-cuidado

Os jovens adolescentes brasileiros parecem estar mais conscientes sobre suas vulnerabilidades e sobre a importância de aumentar seu autocuidado e sua autoproteção. A dependência de drogas (28%) e a Aids (26%) são citados como os problemas de saúde mais críticos para os entrevista-

dos. As doenças sexualmente transmissíveis (9%) e o alcoolismo (7%) também são mencionados. O número de entrevistados que demonstram insatisfação com as políticas de saúde (54%) leva a uma reflexão sobre a capacidade do sistema público de saúde prover um atendimento adequado a essa parcela da população.

Problemas de saúde que mais afetam os jovens (%)

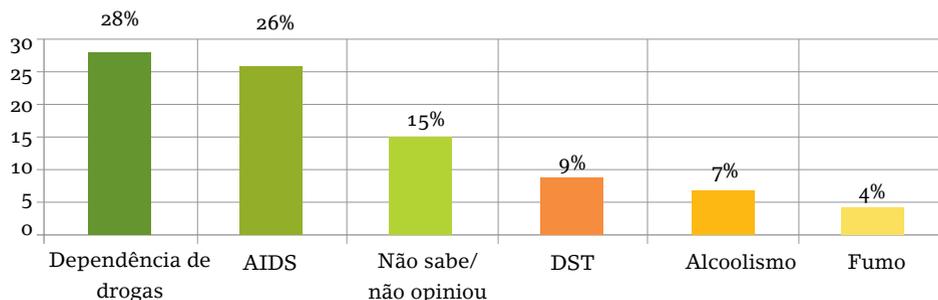


Tabela 15 - Qual é o problema de saúde que mais afeta as pessoas da sua idade (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Dependência de drogas	28
AIDS	26
Não sabe / não opinou	15
DST	9
Alcoolismo	7
Fumo	4
Depressão	3
Outras citações com menos de 1%	3
Gripe	2
Obesidade	1
Ansiedade	1
Câncer	1
Dengue	1
Problemas respiratórios / Asma / Bronquite	1
Gravidez precoce	1
Nenhum	0

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

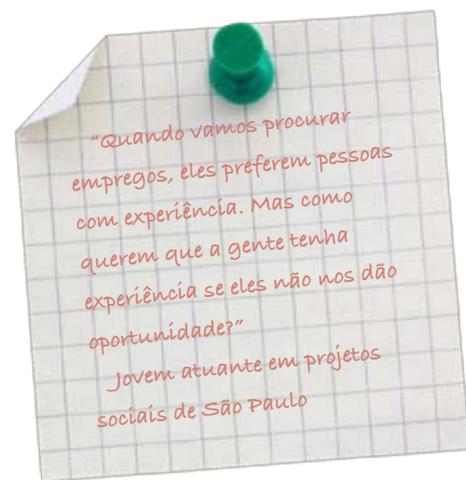
(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

Esse questionamento foi levantado pela coordenadora da Área de Saúde do Adolescente do Ministério da Saúde, Thereza de Lamare, em artigo apresentado no I Simpósio Internacional do Adolescente, em São Paulo, em 2005. Ela alertou que o direito constitucional à saúde, a afirmação de “prioridade absoluta” pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os avanços preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a legislação de saúde ainda não alcançaram de forma efetiva o segmento adolescente. Entre os múltiplos fatores que explicam esse descompasso destacam-se a insuficiente sensibilização dos gestores, a tradicional ênfase em programas voltados à mulher e à criança; o mito de que os jovens não adoecem; a falta de capacitação dos profissionais da Atenção Básica para esse atendimento e a falta de integração entre os serviços de saúde e outras instituições governamentais e não-governamentais que atendem os adolescentes. Em seu artigo, ela enfatiza que trabalhar pela saúde de adolescentes e jovens exige uma visão holística do ser humano e uma abordagem sistêmica das necessidades dessa população, não se restringindo à prevenção de doenças e agravos ou ao atendimento clínico. “A saúde deve ser entendida em sua acepção mais abrangente, com suas diversas dimensões e múltiplos fatores causais. É fundamental que os gestores e profissionais de saúde, a família e a sociedade em geral compreendam os processos e necessidades desse grupo etário, assim como os fatores ambientais, sociais e culturais que afetam a sua saúde”, propõe.

3. Trabalho: uma questão urgente

Os jovens constituem um enorme contingente potencial em termos de força produtiva do país. No entanto, paradoxalmente, eles são os que enfrentam as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Pesquisa divulgada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em setembro de 2006 revela que 45,5% do total dos desempregados brasileiros têm entre 16 e 26 anos. Os jovens representam 25% da população economicamente ativa. Os dados foram levantados em 2005, identificando 3,2 milhões de desempregados entre a população ativa do Distrito Federal e das regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador. Desses, 1,5 milhão eram jovens de até 24 anos.

A pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* confirma essa tendência, apontando que 53% dos entrevistados estão insatisfeitos com o desemprego na região Nordeste. O Dieese mostra que, em Salvador, o índice de desemprego do jovem chega a 41,4%. De outra parte, Recife lidera o ranking da maior jornada semanal média (44 horas) – atingindo o limite legal previsto na Constituição.



A dificuldade de conciliar escola e trabalho é um dos desafios mais dramáticos para essa população. Segundo o Dieese, em São Paulo, estado onde o problema é mais grave, 70,1% dos jovens ocupados só trabalham e apenas 29,9% estudam e trabalham. Sabe-se que atualmente o mercado de trabalho exige cada vez mais uma formação continuada. Jovens que deixam de estudar para trabalhar estão fadados a um desenvolvimento profissional limitado.

A pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* reitera a preocupação dos jovens

adolescentes com o trabalho e chama a atenção para outros aspectos que ainda não haviam sido contemplados. De forma geral, 40% dos entrevistados declaram que estão trabalhando; outros 25% estão procurando emprego; e 33% que não estão trabalhando e pretendem trabalhar mais tarde. Chama a atenção também como um dado preocupante que 39% dos que trabalham em situação formal não estão estudando. O número dos que não estudam atinge 59% entre os que trabalham em situação informal.

Você está trabalhando? (%)
Entrevistados em geral

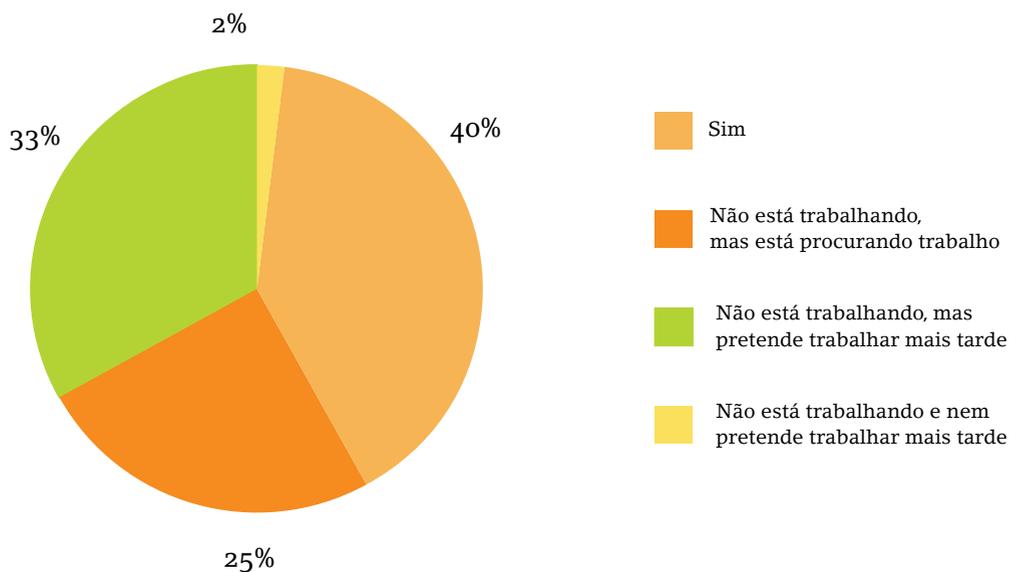


Tabela 16 – Você está trabalhando?

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Sim	40
Não está trabalhando, mas está procurando trabalho	25
Não está trabalhando, mas pretende trabalhar mais tarde	33
Não está trabalhando e nem pretende Trabalhar mais tarde	2

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

Embora o trabalho do adolescente seja admitido apenas a partir dos 16 anos, 26% dos que têm 15 anos estão trabalhando. Vale lembrar que, segundo a Lei nº 10.097, de 2000, adolescentes de 14 e 15 anos só podem ingressar no mercado de trabalho na condição de aprendizes. Entre os entrevistados na faixa etária de 16 anos, 33% têm alguma atividade profissional. Entre os de 17 anos, a porcentagem dos que trabalham fica em 41% e entre os que têm 18 e 19 anos, esse número sobe para 53%.

Formalidade versus informalidade

Se conseguir um lugar no mercado profissional já é um desafio para os jovens, conquistar um posto em situação formal é ainda mais complicado. Entre os entrevistados que trabalham, 38% estão no mercado formal e 62% em situação informal. As mulheres (63%), os mais jovens (64% dos que têm

entre 15 e 17 anos), e os com menor escolaridade (85% dos que completaram até a 4ª série do ensino fundamental) apresentam os maiores índices de inserção no mercado informal. Entre os que atuam em situação formal, 16% trabalham no setor privado com carteira assinada e 10% como autônomos ou por conta própria.

Para os participantes do Programa SuperAção Jovem entrevistados, a relação se inverte: 64% trabalham em situação formal e 33% em situação informal. O setor privado com carteira assinada absorve 31% desse grupo e apenas 2% trabalham como autônomos ou por conta própria. Aqui, vemos um importante efeito do trabalho realizado pelo programa com relação à empregabilidade dos jovens. Dois em cada três que trabalham não somente estão inseridos no mundo profissional como conquistaram melhores condições de permanência nessa situação.

Tabela 17 – Qual é a sua atividade principal?

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	SuperAção Jovem (**)
Em situação formal	38	64
Trabalha no setor privado / empregado com carteira assinada	16	31
Autônomo / trabalha por conta própria / profissional liberal / contribuindo para a previdência	10	2
Estagiário / Aprendiz	5	20
Funcionário público, empregado de empresa estatal, militar	2	2
Empregador	2	0
Outros – Ex: Doméstica com carteira assinada, trabalha em programas de 1º emprego ou programas sociais/ONGs (*)	3	9
Em situação informal	62	35
Trabalha por conta própria fora de casa, sem carteira assinada (camelô, ambulante, biscate, bico, bóia fria, etc)	35	9
Trabalha por conta própria em casa, sem carteira assinada (confeção, produção de alimentos, manicure, etc)	15	13
Serviço doméstico sem carteira assinada	7	4
Emprego em comércio sem carteira assinada	2	7
Outras citações com menos de 1%	3	2

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) Respostas com valor igual ou inferior a 1%.

(**) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

A pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* permite detectar uma série de disparidades em relação ao tema trabalho. Mais uma vez podemos comprovar que o fator escolaridade influencia diretamente as possibilidades de desenvolvimento dos jovens adolescentes no mercado de trabalho. Para o conjunto de entrevistados, os que trabalham em situação formal são principalmente os que completaram o ensino médio/superior incompleto (50%).

A pesquisa evidencia também o peso de outros fatores na conquista de um posto de trabalho. Os entrevistados com maiores índices de inserção no mercado formal são moradores da região Sudeste (50%) e Centro-Oeste (46%), os que têm renda acima de 5 salários mínimos (53%), os de classe A e B (56%), os participantes de organizações sociais (48%), e os que moram sozinhos ou com amigos (61%).

O perfil dos que trabalham em situação informal já se mostra afetado por outras circunstâncias: são principalmente representantes de segmentos de menor poder aquisitivo e nível de instrução até 4ª série do ensino fundamental (85%), os das regiões Norte (66%) e Nordeste (77%), os moradores de municípios entre 20 mil e 100 mil habitantes (67%), os de renda salarial de 1 a 2 salários mínimos (70%), os das classes D e E (71%), os que se declaram negros (65%) e também os indígenas (86%).

Ao levantar o índice dos que trabalham por conta própria fora de casa sem carteira

assinada (camelô, biscate, bico, bóia-fria etc), os indígenas figuram novamente em primeiro lugar com 65%. Os negros ficam em segundo com 44%, os de cor parda em terceiro com 39% e os de cor branca em último com 26%. Como se percebe, também no campo do trabalho, os grupos indígenas se encontram em situação desfavorável.

O emprego dos jovens adolescentes é resultado da sua rede de relações pessoais (amigos e família) e da iniciativa própria para 93% dos que trabalham. Apenas 3% conseguiram emprego a partir da escola, de ONGs ou de programas sociais do governo.

Tabela 18 – Como conseguiu o emprego?

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Família / indicação de algum familiar	39
Amigo / conhecido	32
Iniciativa própria / classificados / agência de empregos	22
Escola / Faculdade	1
Programa social de ONG	1
Programas sociais do governo	1
Outras citações com menos de 1%	2
Não opinou	2

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

Responsabilidade com a família

O destino da remuneração dos entrevistados que conseguiram se inserir no mercado de trabalho se divide, de uma forma equilibrada, entre os que precisam e não precisam ajudar a família. Somente 8% dos jovens adolescentes entregam todo o salário para a família; 47% têm que dividi-

lo, pagando parte das despesas da casa; e 44% ficam com o que ganham.

Por outro lado, entre os indígenas, 21% ficam com o que ganham, 54% dividem com a família e 23% doam todo o salário, o que mostra um maior grau de dependência da renda do jovem adolescente entre as famílias desse grupo étnico.

Tabela 19 – Destino do salário

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	Indígenas
Tem que dividir com a família pagando parte das despesas	47	54
Fica com o que ganha	44	21
Vai tudo para a família	8	23
Não sabe / não opinou	1	2

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

Um olhar sobre o mundo do trabalho

A maior parte dos entrevistados que trabalham conseguiram seus empregos por meio de sua rede de relações e iniciativa própria. Para refletir sobre o papel da escola, das ONGs e do governo em relação ao primeiro emprego, entre outros temas referentes ao mundo do trabalho, o economista da Universidade de Campinas e atual presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Márcio Pochmann, comenta os dados obtidos pela pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil*.

Como a escola, as ONGs e o governo poderiam contribuir para o primeiro emprego?

O acesso ao primeiro emprego passa pela mudança na forma de o estado interferir. É preciso, fundamentalmente, investir na qualidade do ensino e fazer uma grande articula-

ção entre o Sistema S (formado por SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR, SEST/SENAT e SEBRAE), o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho no sentido de formatar um sistema nacional de formação e qualificação profissional de jovens.

O esforço individual do jovem seria realmente eficaz para superar o desemprego?

Esta é a expressão natural de como a sociedade tem identificado a problemática, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pelo desemprego. O discurso oficial está muito focado na questão da capacitação. Afirma-se que é possível superar o desemprego se o indivíduo se esforçar. Neste sentido, o jovem apenas está reproduzindo o que ele ouve insistentemente. Não concordo com este posi-

Um olhar sobre o mundo do trabalho

cionamento, pois o desemprego tem crescido muito mais entre as pessoas com maior escolaridade. Esta é uma questão que exige ações da sociedade como um todo.

Como seria possível que o trabalho deixasse de ser o motivo mais freqüente para o abandono escolar?

No Brasil, não temos estudantes que trabalham, mas trabalhadores que estudam. Estudo implica custos (transporte, alimentação, material e uniforme). Como muitas famílias não têm condições de financiar tais gastos, a responsabilidade pela educação do jovem acaba sendo transferida para ele. Grande parte dos jovens que trabalham e

estudam enfrenta jornadas que chegam a durar 16 horas diárias. São oito horas de trabalho, mais duas ou três de deslocamento e outras quatro horas na escola. É uma rotina desumana para um esforço cujo resultado tende a ser relativamente pequeno, já que a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas brasileiras está muito aquém da ideal. É preciso criatividade para atrair e manter esses jovens na escola. Além disso, é fundamental que haja uma revisão do sistema de entrada do jovem no mercado de trabalho, com atualização dos contratos de trabalho, e um amplo programa de financiamento para o jovem que quer estudar.

4. Cultura, Esporte e Lazer: direitos da juventude

Por mais que uma série de questões ligadas ao desenvolvimento dos jovens tenha sido assimilada a uma agenda de políticas públicas, raramente a cultura, o esporte e o lazer são abordados sob o ponto de vista dos direitos. E, no entanto, esses são elementos fundamentais para o desenvolvimento pessoal, cultural, familiar e comunitário dos adolescentes e jovens.

A pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* revela que, ao serem instados a escolher três atividades preferidas para o uso do tempo livre, os entrevistados dividem-se entre assistir

televisão (35%), praticar esportes (33%) e ouvir música (24%). Observa-se que quanto menor a escolaridade, mais o jovem assiste TV. Para os indígenas, a principal atividade é a prática do esporte (47%). É interessante assinalar que o estudo aparece com um índice significativo (13% para os entrevistados em geral e 25% para os indígenas). Entre os participantes do Programa SuperAção Jovem que responderam ao questionário, 32% apontaram os livros como companheiros em seu tempo livre, demonstrando uma diferença de 22% em relação aos entrevistados em geral que indicaram a leitura de livros como atividade principal.

Tabela 20 – O que faz no tempo livre (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	SuperAção Jovem	Indígenas	Até 4ª série Fundamental	5ª a 8ª série Fundamental	Ensino Médio/ Superior incompleto
1º + 2º + 3º lugar						
Assistir televisão	35	20	23	45	36	32
Praticar esportes	33	24	47	32	34	33
Ouvir música	24	15	20	19	24	25
Reunião com amigos	18	23	18	25	18	16
Dormir / descansar	15	8	16	14	15	15
Estudar	13	17	25	7	12	16
Namorar	11	5	9	6	10	13
Ir a festas	11	2	8	11	11	12
Ler livros	10	32	8	5	9	12
Ir a jogos de futebol	9	1	12	11	10	7
Usar computador	8	17	3	2	5	12
Jogar videogame	7	1	5	6	8	7
Dançar	7	15	10	7	7	7
Fazer a limpeza da casa	7	4	11	9	8	7
Ouvir rádio	4	0	2	3	5	3
Ir à igreja	4	5	3	2	3	6
Beber	3	0	4	6	3	2
Viajar	3	0	1	2	3	4
Ir à praia	3	0	6	2	3	2
Ir a bares	2	0	0	3	2	2
Jogar fliperama	2	0	0	1	2	2
Ir ao cinema	2	0	0	0	1	3

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	SuperAção Jovem	Indígenas	Até 4ª série Fundamental	5ª a 8ª série Fundamental	Ensino Médio/ Superior incompleto
	1º + 2º + 3º lugar					
Ir ao parque	2	0	1	0	3	2
Ir a cidades próximas	2	0	5	1	2	2
Ler revistas	2	7	2	1	1	2
Cuidar da família/ crianças	2	5	2	3	2	1
Brincar	2	0	2	4	3	1
Passear	2	0	1	2	1	2
Ler jornais	0	4	0	0	0	0
Conversar com parentes e amigos	0	7	0	0	0	0
Prestar serviços comunitários	0	16	0	0	0	0
Tocar instrumentos musicais	1	5	0	0	1	1
Fazer artesanato	1	4	2	1	1	1
Fazer consertos em aparelhos	1	3	1	2	2	0
Escrever	1	3	0	0	1	1
Outros – Ex: fazer compras, ir ao clube, ir a shows, desenhar, visitar parentes/amigos. (**)	21	35	13	18	23	20

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

(**) Respostas com valor igual ou inferior a 1%.

Um olhar sobre o tempo livre

A escritora Ruth Rocha reitera a importância da leitura, apontada por 10% dos entrevistados na pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* e 32% dos participantes do Programa SuperAção Jovem como a principal atividade em seu tempo livre. Para ela, se a sociedade não valorizar os livros, crianças, adolescentes e jovens nunca vão atribuir importância a eles. Em entrevista, Ruth comenta os dados da pesquisa e indica ações para potencializar o gosto pela leitura.

O que fazer para que haja uma compreensão de que a leitura pode fazer parte do tempo livre transformando-o em um período de lazer e de crescimento pessoal?

São necessários três aspectos básicos para que a leitura seja um momento gostoso para os jovens: o primeiro é uma boa alfabetização, pois para que o adolescente goste de ler ele precisa realmente compreender o que está escrito no livro. Segundo, cada criança ou adolescente deve ler o livro adequado para a sua idade com um tema que seja interessante. O terceiro ponto: a sociedade precisa valorizar o livro para que os adolescentes enxerguem a leitura como uma atividade prazerosa. E junto com isso é preciso haver a valorização da escola, dos professores e do ensino.

O que a escola pode fazer para contribuir para essa compreensão?

A escola deve conceder um tempo especial para a leitura. Assim o adolescente e a criança perceberiam o momento da leitura como uma ação agradável. A família tem que incentivar, não pode falar que livro é chato ou caro. Os pais precisam mostrar que o livro educa, distrai e é um bem que dura por muito tempo e pode ser passado para outras pessoas. É importante que esta valorização da leitura co-meece bem cedo, contando histórias da literatura para as crianças.

Como equacionar essa questão num universo de convergência de meios, cultura de massa e inúmeros estímulos de comunicação?

É preciso estipular um tempo, desligar tudo e partir para a leitura. É necessário um mínimo de disciplina, parar um pouco e se desprender da inquietude e dos barulhos do mundo. Essas atitudes tornam a hora da leitura um tempo gostoso. A família pode também ajudar criando o tempo para a leitura, sem autoritarismo, e sim com afetividade e firmeza.

Como isso pode ser articulado em termos de políticas públicas?

É interessante a criação de bibliotecas e a distribuição de livros para os adolescentes. Nas estantes das casas, devemos ter livros para o jovem ler na hora que der vontade. O governo precisa doar livros para as pessoas.

A importância do esporte

A pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* revela que pouco mais da metade dos entrevistados (57%) pratica esportes regularmente. O índice de meninos envolvidos em atividades esportivas (77%) é muito maior do que o de meninas (36%), o que pode estar ligado à cultura do futebol de rua. Entre os 43% dos jovens adolescentes que não praticam esportes, 37% alegam falta de interesse,

29% falta de tempo, 10% falta de infraestrutura, 7% falta de condições financeiras e 5% motivos de saúde.

Na visão dos entrevistados, uma política de acesso às atividades esportivas deveria contemplar: a melhoria dos lugares existentes e construção de novos espaços; a promoção de eventos esportivos, torneios e campeonatos; e a capacitação dos adolescentes em diversas modalidades esportivas.

Tabela 21 – Ações que considera mais importantes para a área de esporte e lazer em sua comunidade (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Maior número de eventos / jogos / treinos esportivos	25
Maior número de locais para prática esportiva	21
Melhorar as condições dos locais já existentes para prática esportiva	18
Cursos sobre vários tipos de esporte	13
Organização de campeonatos profissionais	13
Melhor divulgação de eventos esportivos	9
Não opinou	2

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

Quando os jovens adolescentes foram perguntados sobre o que eles próprios podem fazer por sua comunidade em relação à cultura e ao esporte e lazer, 44% não souberam responder. Esse direito de contribuir para melhorar as alternativas de lazer, esporte e cultura parece não incorporado a seu cotidiano, pois mesmo os que responderam com alguma possibilidade direcionaram para a reivindicação de forma mais generalizada, sem definir uma participação pessoal.

Embora o esporte profissional ocupe um lugar de grande destaque nos meios de comunicação de massa e na vida moderna, ainda há muito o que avançar no que diz respeito a políticas públicas no sentido de valorizar a sua dimensão educativa e socializadora. A partir de uma lógica que enfatiza exclusivamente a história dos vencedores nos esportes, perde-se a oportunidade de utilizar um instrumento poderoso de educação e mobilização.

É de se notar que comunidades que desenvolvem projetos ligados ao esporte como um direito das crianças e dos adolescentes, como é o caso do Centro Olímpico da Mangueira, no Rio de Janeiro, conseguem resultados significativos em relação ao desenvolvimento da própria comunidade. Idealizado em 1987, o projeto atraiu 120 crianças que tinham aulas embaixo do Viaduto Cartola. O sucesso da iniciativa já se evidenciou no primeiro ano e o projeto pôde ser ampliado com apoio financeiro do setor privado, que decidiu arcar com a compra de materiais e a remuneração dos professores. Já em 1987 foi criado o Camp Mangueira,

com a missão de promover a qualificação profissional de adolescentes para o mercado de trabalho. Com o objetivo de preservar a cultura local, a cantora Alcione fundou a escola Mangueira do Amanhã, direcionada a crianças e adolescentes. Em 1993, a BBC de Londres premiou a iniciativa da Mangueira como o melhor projeto social da América do Sul. A ação se desdobrou do esporte para escola, saúde, programas profissionalizantes, cultura e valorização da cidadania. O projeto social da Mangueira já atendeu 30 mil pessoas e conseguiu aumentar o índice de escolaridade de meninas e meninos do morro de 40% para 95% em dez anos.



UNICEF no PAN

Em julho de 2007, durante os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro, paralelamente às competições profissionais, em um estande montado pelas Nações Unidas na Vila do Pan, foram apresentadas ações na área de promoção do esporte para o desenvolvimento social. Uma dessas ações mostradas durante o evento foi a Caravana do Esporte, uma parceria da ESPN com o Instituto Esporte Educação e o UNICEF.

Ana Moser, ex-jogadora da seleção brasileira de vôlei, apresentou a atletas e outros interes-

sados os conceitos e resultados da Caravana do Esporte, um projeto que levou esporte e cidadania a mais de 30 mil crianças em todo o Brasil, em dois anos e meio de existência. A Caravana surgiu em 2005 e já percorreu 22 cidades, em 12 Estados brasileiros. Quando a Caravana chega, crianças e adolescentes participam de aulas de futebol, vôlei, tênis, judô, atletismo, basquete e outras modalidades. As oficinas são oferecidas por atletas, entre eles Ana Moser, Marta Sobral, Raí, Sócrates, Patrícia Medrado, Carioquinha, Eduardo Bacellar. A Caravana do Esporte acontece em municípios de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), lugares isolados, áreas rurais, comunidades indígenas e quilombolas, como Alcântara, no Maranhão; Boa Vista do Ramos, no Amazonas; ou Dourados, no Mato Grosso do Sul. A iniciativa já esteve também em comuni-

dades populares de grandes centros urbanos, como Coutos, em Salvador; Cidade Tiradentes e Capela do Socorro, em São Paulo.

Além de garantir às crianças o direito ao esporte, a Caravana já capacitou mais de 4 mil professores para o uso de materiais alternativos, visando incluir esportes e atividades físicas no dia a dia das crianças, promovendo a paz, o respeito, o desempenho escolar e o desenvolvimento. “Os atletas têm um papel fundamental na garantia dos direitos da criança ao esporte e à educação”, lembra Ana Moser. Ela e outros educadores do Instituto Esporte Educação, ONG que procura desenvolver a cultura esportiva em comunidades de baixa renda, é que avaliam os resultados do projeto.

Informações adicionais em:

www.esporteeducacao.org.br



©UNICEF/BRZ/Flávia Ribas

5. Meios de comunicação: em contato com o outro

Apesar de todo destaque dado a propostas de inclusão digital, a internet constitui-se na principal forma de comunicação para 21% dos entrevistados. Para os participantes do Programa SuperAção Jovem que responderam ao questionário desta pesquisa, no entanto, a internet constitui-se como forma de comunicação para 78% dos entrevistados. Chama a atenção o fato de 5% dos jovens terem respondido que não se comunicam, sendo que para os integrantes do SuperAção Jovem essa alternativa é inexis-

tente. Esse grupo parece ter maior capacidade de buscar acesso à internet, ainda que essa ferramenta não esteja disponível na escola ou em suas casas. O uso da internet é diário para 9% dos entrevistados e para 23% dos envolvidos no SuperAção Jovem.

A maioria dos entrevistados (88%) faz do telefone o meio mais importante para manter contato com as pessoas que estão distantes. Tendo em vista os desafios brasileiros na área de leitura e escrita, é bastante positivo que 14% dos entrevistados mantenham o hábito de escrever cartas para se comunicar com o outro.

Tabela 22 – Meios utilizados para se comunicar com pessoas que estão distantes – Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	SuperAção Jovem
Telefone	88	85
Internet	21	78
Carta	14	15
Não me comunico	5	0
Recado por amigos/conhecidos	3	1
Outras citações com menos de 1%	1	0
Não sabe/não opinou	1	0

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Os entrevistados em geral apresentaram dificuldades para definir o que o governo deveria fazer para facilitar sua comunicação com pessoas que estão distantes (38% não souberam opinar). O destaque dado por 43% do total dos

jovens adolescentes foi em ampliar o acesso a orelhão (telefone público) e reduzir as tarifas telefônicas. Surpreendentemente a reivindicação por acesso ao computador e à internet só apareceu em 10% das respostas.

Tabela 23– Costuma utilizar a internet no seu dia-a-dia?

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	SuperAção Jovem (*)
Não costuma utilizar	58	8
Algumas vezes na semana	16	38
Eventualmente/de vez em quando	11	15
Todos os dias	9	23
Uma vez por semana	5	15
Não opinou	1	0

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

Na Prática

Programa Comunidade Conectada

“A tecnologia pra mim é como uma janela pra ter sucesso, conhecimento, amigos, laços de família. Quanto mais aprendo, mais quero pesquisar”. O depoimento de Margarida Nasou de Lima, 23 anos, secretária de Guaramiranga-CE indica como a inclusão digital pode contribuir para o crescimento pessoal e profissional dos jovens.

Ela participa do projeto Aguanet, implementado pela Associação dos Amigos da Arte de Guaramiranga – ÁGUA – uma das seis ONGs brasileiras integrantes do Programa Comunidade Conectada, uma parceria do Instituto Ayrton Senna com uma empresa privada da área de tecnologia, que desde 2006 apóia centros comunitários que oferecem treinamento na área de informática e acesso livre à internet para jovens e adultos.



Instituto Ayrton Senna/José Wagner - Programa Comunidade Conectada

Assim como Margarida, mais de 2.800 pessoas já participaram do Programa Comunidade Conectada nas organizações Humbiumbi e Querubins, em Belo Horizonte; Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, no Rio de Janeiro; Associação Sociedade pela Família (Centro Asas Fortes), em Taboão da Serra-SP; e Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, em Salvador, e aprenderam a lidar com ferramentas de informática consideradas fundamentais para o mercado de trabalho. Informações adicionais em: www.comunidadeconectada.org.br

CAPÍTULO IV

Convivência familiar e comunitária

Em casa

As relações dos jovens adolescentes com suas famílias e comunidades são marcadas por sentimentos e percepções desiguais. Se nas décadas de 1960 e 1970, a família foi alvo de um questionamento radical, no início do século 21 ela é vista sob uma perspectiva bastante positiva, particularmente no que diz respeito à relação com a mãe. Em contrapartida, o mesmo não se pode dizer com

sobre o pertencimento à comunidade.

É possível inferir que, em um mundo marcado pela instabilidade dos valores, a desconfiança com as instituições sociais e as incertezas em relação ao futuro, a família representa um ponto de referência afetiva e estabilidade. Essa instituição é extremamente valorizada pelos entrevistados: 92% têm uma relação positiva ou muito positiva com a família.

Tabela 24 – Por que considera a relação com a família positiva? (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Somos muito amigos/relação de amizade	35
Somos muito unidos	29
Tem relação de diálogo	26
Ajuda/apoio que uns dão aos outros	11
Tem relação de amor	8
Tem relação de respeito	7
Tem relação de confiança	5
Somos muito felizes	2
Tem relação de liberdade	2
Outros – Ex: Familiares são pessoas boas, pela educação que me deram, é um filho obediente. (**)	8
Não sabe/não opinou	9

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

(**) Respostas com valor igual ou inferior a 1%.



Ao serem indagados porque consideram a relação com sua família muito positiva ou positiva, os entrevistados apontam: por sermos muito amigos/termos uma relação de amizade (35%), por sermos muito unidos (29%), por termos uma relação de diálogo (26%), pela ajuda/apoio que damos uns aos outros (11%).

Do outro lado, os 7% que têm uma relação negativa apontaram as brigas, a falta de diálogo e a desunião como os motivos principais. Se a falta de diálogo aparece com destaque (24%) no ranking dos motivos para uma relação negativa, a mãe é a figura central da família para 53% dos jovens adolescentes quando querem conversar sobre os seus problemas. A qualidade da relação dos entrevistados com suas mães indica como pode ser positivo associar o diálogo à afetividade para a solução de conflitos dos jovens.

Na comunidade

A integração e a consciência de pertencimento às suas comunidades têm sido aponta-

das por diversos especialistas e coordenadores de projetos ligados à juventude como características fundamentais para o desenvolvimento social desse segmento. O sociólogo alemão Zygmunt Bauman ressalta a importância da comunidade como fonte de segurança identitária. Na opinião dele, comunidade é um lugar onde os indivíduos partilham interesses comuns, bens simbólicos, valores e práticas. Diante de um Estado que perdeu a capacidade de integrar, regular e conduzir um processo democrático de vida social e de um mercado extremamente competitivo, torna-se ainda mais fundamental “recomunitarizar”, como sugere o sociólogo francês Alain Touraine, pesquisador dos movimentos sociais na América Latina.

Nesse sentido, a pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil* alerta para a necessidade de buscar um resgate dos vínculos dos jovens adolescentes com o local onde vivem. Para 51% dos entrevistados, o seu bairro é percebido apenas como um lugar para se morar.

Tabela 25 – Sentimento em relação ao bairro ou região onde mora

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	Indígenas
É apenas um lugar para se morar	51	17
Se sente parte de uma comunidade	47	77
Não sabe/não opinou	2	6

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

Um olhar sobre a comunidade indígena

As respostas dos indígenas demonstram valores diferenciados dos entrevistados em geral, no que diz respeito ao orgulho do povo brasileiro, à sensação de discriminação, ao sentimento de pertencer a sua comunidade e à necessidade de proteção do meio ambiente. Para comentar as respostas dos indígenas na pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil*, entrevistamos Edilson Martins Melgueiro, jovem liderança Baniwa (etnia que vive em aldeias localizadas às margens do Rio Içana e seus afluentes, além de comunidades no Alto Rio Negro/Guainia e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos-AM).

Como você explica a valorização do povo brasileiro pelos indígenas, como demonstra a pesquisa?

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232, contribuiu para isso, pois a partir daí, falou-se mais nas aldeias, escolas, asso-

ciações indígenas e percebeu-se que no Brasil existem vários povos. Os índios não são apenas um povo; são vários povos. Enquanto isso, nas escolas das cidades, a história continua sendo contada de uma forma diferente para os adolescentes. Vivenciei isso pois sou do povo Baniwa e, infelizmente, em pleno século 21, muitas escolas e professores, principalmente das cidades, não abordam a história indígena.

O que motivaria a forte relação dos indígenas com a comunidade, em sua opinião?

Primeiramente é uma diferença cultural. Na cultura do branco, todo mundo é individualista. Se os pais são assim, os filhos assimilam e reproduzem esses valores. Já na cultura indígena, comida, bebida, trabalho e pescaria são compartilhados. É claro que existem algumas coisas que não, mas muito pouco. Por isso, os indígenas se

Um olhar sobre a comunidade indígena

sentem membros e, mais que isso, responsáveis por seu povo.

Os entrevistados que mais se sentem discriminados são os indígenas (44%). Como seria possível superar esse problema?

Esse problema deve ser superado por meio da educação formal e não formal, primeiramente entre os próprios indígenas. Em segundo lugar, nos estabelecimentos de ensino: escolas, universidades, igrejas, e outras instituições. E também quando o próprio

estado brasileiro reconhecer que o nosso país é grande e rico não somente pelo tamanho geográfico, mas sobretudo pela diversidade cultural e lingüística que possui.

O que contribui para uma maior valorização do meio ambiente entre os indígenas?

Nas culturas indígenas, a terra e a mata são os nossos pais e mães, ou seja, aqueles que nos dão a vida e por isso nós os valorizamos. Como dizia um grande pagé Baniwa: “Da terra nós saímos e para terra nós retornaremos”.

Na Prática

Centro de Referência Integral de Adolescentes

Como estratégia para resgatar o vínculo dos adolescentes com sua comunidade, o Centro de Referência Integral de Adolescentes (Cria), de Salvador, lança mão da arte-educação, buscando e “inventando” o Brasil, como propôs Darcy Ribeiro. Maria Eugênia Millet, coordenadora do projeto, explica que a cultura é ponto de partida para esta invenção e ela se

expressa no corpo, na forma de brincar, de dizer e ver o mundo com os olhos livres. “Por ser cultural, a perspectiva de nosso trabalho é também territorial. Valorizamos o que o professor Milton Santos chama de cultura da vizinhança. Então o que nos move é a crença do estar junto, fazendo arte com criatividades capazes de mexer por dentro de nós e transformar o que não é justo nem bonito”, explica. Eugênia acredita que juntos também podemos descobrir o que está encoberto pela cultura de massa, o que não passa na mídia, o que nos escapa de nós mesmos brasileiros, no corre-corre da sociedade de consumo. “Na roda, na dança, sentimos as ancestralidades

presentes, e aqui na Bahia, a forte presença negra e cabocla está no corpo e atíça as forças de re-existência”, afirma. Tudo parte da aspiração por beleza que vem dos adolescentes e jovens moradores de bairros ditos periféricos de vários pontos de Salvador e de 17 cidades da região do semi-árido, interior da Bahia. Assim se configura uma rede chamada Ser-Tão Brasil.

O Cria incentiva que os jovens se organizem em grupos comunitários e que desenvolvam seus planos e projetos em seus bairros. Atualmente são 15 grupos organizados em Salvador, liderados por jovens. Muitos desses grupos se voltaram para as crianças. Com elas,

estão refazendo a história da comunidade e afirmando a vida e esta arte do fazer junto no jogo, no movimento do brinquedo, na liberdade. Os jovens artistas se desenvolvem educando outros, ampliando o olhar com os pequenos na roda. Para Maria Eugênia, nessas sutilezas da arte de mobilizar – mover e educar com arte – os vínculos com a comunidade se estabelecem de um jeito muito forte, intenso. Muitas outras pessoas vão chegando para participar, pais, mães, amigos, mestres. “Juntos vão descobrindo possibilidades e o sentido de viver ali, em comunidade, como sujeitos do seu processo de atuação política na sociedade”, conclui. Informações adicionais em: www.criando.org.br

CAPÍTULO V

Uma agenda para garantir os direitos dos adolescentes e jovens

Por uma perspectiva mais ampla

Em razão do impacto do problema da violência, o tema dos direitos dos adolescentes tem sido reduzido, na mídia e na agenda política, ao debate sobre a maioridade penal. No entanto, é importante registrar que essa é uma questão muito mais ampla, envolvendo uma pauta que passa pelo acesso à educação de qualidade, cultura, lazer, esportes, qualificação profissional, trabalho, saúde, segurança, convivência familiar e comunitária. Essa agenda precisa urgentemente receber a atenção dos governantes no sentido de que seja transformada em políticas públicas dirigidas especialmente às demandas da adolescência e juventude.

Por outro lado, os adolescentes e jovens não devem ser concebidos como meros alvos passivos dessas políticas. Pelo contrário, cabe a eles participar ativamente do processo de discussão, definição de prioridades, implementação e avaliação das iniciativas governamentais. E nessa perspectiva, é interessante assinalar que quanto mais se envolvem em experiências de participação comunitária, escolar e mesmo familiar, mais se enriquecem seus universos de referências e consequentemente mais se ampliam as possibilidades de intervenção social. Com o intuito de contribuir

para esse movimento de consulta ao público adolescente e jovem, foram incluídas nesta pesquisa perguntas específicas sobre o que os entrevistados esperam dos governos em relação às seguintes temáticas: desigualdade social, educação, trabalho e emprego, esporte e lazer, saúde, segurança e enfrentamento da violência.

Depois das eleições: tempo de agir

Os jovens adolescentes responderam o que esperam do presidente eleito em 2006. A pesquisa ouviu essa população antes das eleições. Após um ano de mandato, *Adolescentes e Jovens do Brasil* pode servir de parâmetro para uma análise das políticas que vêm sendo implementadas na área de juventude. É preciso considerar as demandas desse público nas ações tomadas pelo governo, tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Econômico, o PAC Social e o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.

1. O que esperar do governo

Nesse momento oportuno de agendamento das reivindicações da juventude na pauta do governo brasileiro, *Adolescentes e Jovens do Brasil* apresenta as expectativas dos entrevistados em relação às medidas que o governo



100 | Ciferreiros, Barbosa, Gomes & Zaverin/ndb

poderia tomar para diminuir a desigualdade social, melhorar a educação pública, aprimorar as condições de emprego e trabalho, ampliar o acesso ao esporte e lazer, saúde, segurança e combate à violência.

1.1 Medidas para reduzir a desigualdade social

Os jovens adolescentes vêem a geração de renda pelo trabalho como solução para a desigualdade social. Quatro entrevistados em cada 10 se referem ao aumento de postos de trabalho ou empregos para reduzir as desigualdades. Quem mais reivindica essa medida são os entrevistados da região Nordeste (50%), justamente onde o desemprego é mais contundente. Moradores dos municípios de 20 mil a 100 mil habitantes (47%), os que são casados ou vivem com alguém (47%) e os que atuam em organizações sociais (46%) também apresentam uma porcentagem significativa de respostas que propõem o trabalho como solução para a desigualdade social no Brasil. Outras espec-

tativas dos entrevistados sobre a questão do trabalho estão detalhadas no próximo item.

1.2 - Medidas para melhorar as condições de trabalho e emprego

Em um país em que as taxas de desemprego entre a juventude chegam ao dobro das taxas de desemprego em geral, os entrevistados parecem estar bastante conscientes de que a atuação dos governantes para melhorar as condições de trabalho e emprego deveria se concentrar basicamente na criação de mais postos de trabalho. Quando solicitados a apontar qual seria a medida mais importante a ser tomada pelo governo nessa área, os entrevistados requerem apoio para pequenas e médias empresas (23%), investimento em programas de primeiro emprego (22%) e obras para criação de emprego (18%). Quando deveriam citar quais as três principais medidas nessa área, a reivindicação por obras para criar empregos aparece em primeiro lugar (52%); em seguida, solicitam programas de primeiro emprego (49%) e capacitação profissional (44%).

Tabela 26 – Medidas a serem tomadas pelo governo para melhorar as condições de trabalho e emprego - Espontânea

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	
	1º lugar (*)	1º + 2º + 3º lugar (**)
Reduzir impostos e dar mais apoio para as pequenas e médias empresas	23	38
Investir mais em programas do tipo “primeiro emprego”	22	49
Fazer obras para criar mais empregos	18	52
Capacitar e treinar pessoas preparando-as para enfrentar o mercado de trabalho	9	44
Dar financiamento mais barato para quem quiser abrir novas indústrias ou expandir indústrias atuais	7	22
Dar acesso à terra para pequenos agricultores	7	16
Dar financiamento mais barato para quem quiser abrir seu próprio negócio	4	19
Dar incentivos fiscais e apoio técnico para a agricultura	4	16
Estimular convênios entre escolas técnicas e universidades com empresas para absorver mão-de-obra	3	20
Diminuir a quantidade de horas de trabalho semanais	1	7
Não sabe/não opinou	1	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

(**) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

Entre os indígenas 14% reivindicam o acesso a terra para pequenos agricultores como política para gerar emprego. A média de respostas para esse item entre os entrevistados em geral ficou limitada a 7%.

1.3 - Medidas na área de educação pública

Entre os aspectos negativos listados pelos entrevistados em relação à escola, destacam-se

a falta de aulas e falta de vagas (25%), a má organização/direção (23%), e a falta de estrutura física (18%). Tais demandas estão diretamente ligadas à expectativa dos jovens adolescentes em relação aos governantes. Quando perguntados qual seria a principal medida a ser tomada pelo governo para melhorar a educação, os entrevistados reivindicam a construção de mais salas de aula (22%), equipar melhor

as escolas já existentes (12%), aumentar as vagas nas escolas (10%) e aumentar o número de professores (10%). Quando solicitados a listar quais seriam as três principais medidas a serem adotadas nessa área, os entrevistados reiteraram seu pedido pela construção de mais salas de aula (34%) e pela melhoria do equipamento das escolas existentes (34%). Eles solicitam também a criação de escolas profissionalizantes (31%) e sugerem o aumento de vagas nas escolas (26%). Os estudantes também ressaltam a necessidade de investir nos professores, melhorando o nível de qualificação profissional (26%) e os salários (24%). A criação de escolas rurais também foi citada por 23% dos entrevistados.

Como podemos perceber, os entrevistados reclamam uma atitude governamental na área da educação mais concentrada na infra-estrutura. Se por um lado, essa reivindicação pode

indicar uma necessidade real de ampliar e reformar as instalações das escolas; por outro, seria importante interpretar o silêncio dos jovens adolescentes em torno de propostas mais ligadas ao aprendizado, como o desenvolvimento de currículo, a linguagem ou as formas de avaliação, entre outros temas. Aspectos qualitativos, como o treinamento para os professores, aparecem com menos destaque. Uma discussão sobre projetos pedagógicos, conteúdos, processos didáticos sequer é mencionada, o que sugere que os jovens adolescentes em geral não se vêem como interlocutores do debate sobre a educação a que têm acesso.

Uma relação mais intensa entre educadores e aprendizes potencializada pela disposição ao diálogo manifestada pelos entrevistados poderia abrir o caminho para repensar elementos que tenham um impacto mais direto na qualidade da educação.

Tabela 27– Medidas a serem tomadas pelos governantes na área de educação pública - Espontânea

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	
	1º lugar	1º + 2º + 3º lugar (*)
Melhorias de infra-estrutura	%	%
Construir mais salas de aula	22	34
Equipar melhor as escolas já existentes	12	34
Dar material didático (livros e cadernos) gratuitamente	6	21
Escolas	%	%
Criar escolas profissionalizantes	8	31
Aumentar as vagas na escola, mesmo que não sejam construídas novas salas	10	26
Criar escolas nas áreas rurais	5	23
Professores	%	%
Melhorar o nível dos professores, fazendo um treinamento melhor	6	26
Melhorar o salário dos professores	8	24
Aumentar o número de professores	10	19
Outras medidas	%	%
Dar mais apoio às universidades do estado	7	21
Melhorar a qualidade da merenda escolar	3	15
Aumentar o número de horas que as crianças ficam nas escolas	1	8
Transferir a direção das escolas para os municípios	1	3
Não sabe/não opinou	1	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

O sociólogo e pesquisador do Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Walter Santos, ressalta que apostar na participação dos jovens na gestão escolar sustenta-se no princípio de que a juventude é capaz de propor ações relevantes

para o sucesso do empreendimento educativo. Para ele, colocar o jovem no lugar de interlocutor, como co-responsável pela edificação de uma comunidade escolar, exige o desenvolvimento de competências para a convivência e participação na vida pública, aprendizagens

imprescindíveis para atuação responsável e qualificada na vida social. “Isso não significa que a escola e seus agentes estejam destituídos de seus papéis, responsabilidades e atribuições. Significa legitimar a autoridade dos agentes envolvidos fundados no respeito, na civilidade e em compromissos assumidos coletivamente condenando a arbitrariedade e a inconseqüência tão presentes nos cotidianos escolares”, explica.

Santos lembra que apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, orientar um currículo de base nacional comum para o ensino fundamental e médio, ela sugere também uma flexibilização dos currículos, na medida em que admite a incorporação de conteúdos e práticas que podem ser escolhidas levando em conta o contexto local. “Cada escola, apesar de fazer parte de um sistema com diretrizes nacionais, produz, cotidianamente, seu próprio currículo. Muitas são as práticas e estratégias possíveis de participação dos jovens, mas cabe a cada comunidade escolar criar e legitimar caminhos democráticos para essa participação”, diz.

1.4 – Medidas para a área de esporte e lazer

Entre as estratégias que os entrevistados apontam como importantes para a área de esporte e lazer nas comunidades, destaca-se o pedido por um maior número de eventos/ jogos/ treinos esportivos. (Um em cada quatro entrevistados fizeram essa solicitação).

A segunda medida mais pedida é aumentar o número de locais para a prática esportiva (21%), e a terceira, melhorar as condições dos

locais já existentes para a prática de esportes (18%). As ações seguintes, que aparecem com igual número de menções (13%), são tanto a realização de cursos sobre os diversos tipos de esportes quanto a organização de campeonatos profissionais.

Para o diretor do Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos do Ministério do Esporte, Ricardo Avellar, a democratização das oportunidades de acesso ao esporte ainda é um desafio a ser superado. Ele afirma que as principais barreiras para se ampliar esse acesso são sociais. Avellar indica, entretanto, que já houve avanços em termos de políticas públicas de acesso do jovem ao esporte: “O esporte hoje tem um status diferente nas estruturas políticas. O próprio entendimento conceitual superou o instrumentalismo e tecnicismo partindo para uma visão mais humana”, diz o especialista. “Dessa maneira, tem atraído o interesse de movimentos sociais e, portanto, uma participação mais democrática na implementação das políticas para o esporte. Mas ainda há muito que se conquistar. A prática esportiva precisa ter o reconhecimento da sociedade como um instrumento eficaz de desenvolvimento humano, social e econômico”, complementa Avellar.

1.5 - Medidas na área de saúde

Quando solicitados a apontar as maiores demandas no campo da saúde, os entrevistados sugerem medidas que podem ser divididas em quatro categorias principais:

A primeira seria ligada à infra-estrutura,

com grandes expectativas para a construção de novas unidades. Esse item aparece em 42% das respostas quando os entrevistados devem apontar uma medida principal e 72% quando os entrevistados indicam três medidas prin-

cipais. Outro item relacionado ao anterior é a melhoria nos equipamentos das unidades já existentes, que aparece em 15% das respostas quando os entrevistados indicam uma medida principal e 59% quando citam três medidas.

Tabela 28 – Medidas a serem tomadas pelo governo para melhorar a área da saúde - Espontânea

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	
	1º lugar (*)	1º + 2º + 3º lugar (**)
Infra-estrutura - construção		%
Construir mais hospitais	31	42
Construir mais postos de saúde	11	30
Infra-estrutura - melhores condições		%
Equipar melhor os hospitais e postos de saúde, antes de construir novos	11	39
Colocar em funcionamento todos os postos de saúde, maternidades e hospitais, antes de construir qualquer coisa nova	4	20
Profissionais de saúde		%
Contratar mais médicos e enfermeiros	8	31
Treinar melhor o pessoal dos hospitais e postos de saúde para melhorar o atendimento	3	22
Pagar melhor médicos e enfermeiros	3	13
Medicamentos		%
Baixar o preço dos medicamentos	5	41
Prevenção		%
Cuidar do saneamento básico para prevenir doenças	10	27
Fazer campanhas educativas, esclarecendo as pessoas sobre as doenças, como combatê-las, como agir em casos de suspeitas	15	25
Não sabe/não opinou	0	0

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

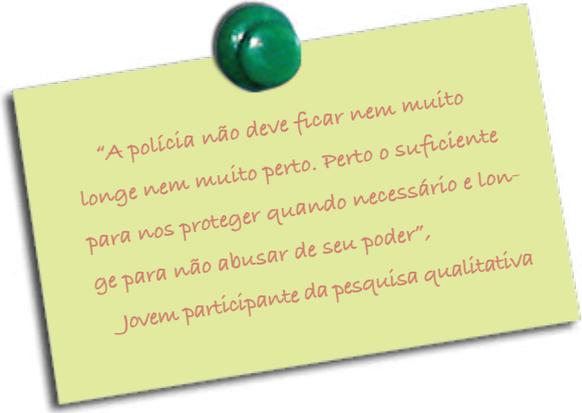
(**) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

A segunda categoria seria relacionada aos investimentos nos profissionais de saúde, solicitado por 14% dos entrevistados, quando eles apontam uma medida principal e 66% quando indicam três medidas.

Na mesma linha, os entrevistados reivindicam a queda no preço dos medicamentos. Esse item é citado por 5% dos entrevistados quando apontam uma medida e 41% quando sugerem três medidas principais.

A quarta categoria está associada à prevenção, por meio de medidas relacionadas às áreas de saneamento básico e educação, lembrada por 25% dos entrevistados quando mencionam qual seria a principal medida e 52% quando sugerem três medidas principais.

A partir de uma lógica similar à apresentada na área de educação, os jovens adolescentes parecem não vislumbrar a possibilidade de interação mais intensa com os profissionais de saúde, o que indica um desafio a ser superado pela política de atenção à saúde do adolescente e do jovem. Conforme ressaltou Thereza de Lamare, responsável pela implementação dessas ações no Ministério da Saúde, o vínculo de confiança e respeito é fundamental para o êxito do atendimento. Ela explica que independentemente do que leva o jovem a procurar o serviço de saúde – solicitar preservativos, fazer curativo, vacinar-se, consulta odontológica –, o profissional deve enxergá-lo na integralidade de seu ser e de sua vida, buscando necessidades de seu bem-estar, e incentivando-o a se engajar em outras ações e serviços de saúde – grupos educativos, atendimento clínico, planejamento familiar, entre outros.



*"A polícia não deve ficar nem muito longe nem muito perto. Perto o suficiente para nos proteger quando necessário e longe para não abusar de seu poder",
Jovem participante da pesquisa qualitativa*

1.6 - Medidas na área de segurança

As possibilidades de solucionar a questão da segurança pública devem obrigatoriamente passar por reformas no corpo policial, segundo demonstram as respostas dos entrevistados. De forma geral, eles reconhecem a importância da polícia, mas sem perder a visão crítica em relação à necessidade de aprimoramento da corporação. Ao optarem por apenas uma resposta quanto ao papel do governo na área de segurança pública, eles destacam a necessidade de aumentar o número de policiais (35%), paralelamente ao combate à corrupção na polícia (21%).

Quando há a opção de sugerir três medidas a serem tomadas pelos governantes na área da segurança, além de demandarem o aumento do número de policiais (53%), e o combate à corrupção na polícia (43%), eles indicam o enfrentamento ao tráfico de drogas (43%) e um melhor treinamento dos policiais (37%).

Tabela 29 – Medidas a serem tomadas pelos governantes na área de segurança - Espontânea

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	
	1º lugar (*)	1º + 2º + 3º lugar (**)
Ações junto à polícia		%
Aumentar o número de policiais	35	53
Combater a corrupção na polícia	21	43
Treinar melhor os policiais	12	37
Pagar melhores salários aos policiais	3	15
Criar tropas de elite, treinados e bem pagos	2	14
Dar mais carros e armas modernas aos policiais	1	14
Ações coercitivas		%
Combater mais severamente o tráfico de drogas	10	43
Aumentar o número de cadeias, penitenciárias e delegacias	7	31
Combater mais severamente o jogo do bicho	1	5
Ações na justiça		%
Agilizar a ação da justiça	7	31
Não sabe/não opinou	0	0

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

(**) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

1.7 - Medidas de combate à violência

A possibilidade de escolher uma única ação para acabar com a violência suscita uma divisão de opiniões entre ações imediatas e de médio e longo prazo: se por um lado, aproximadamente ¼ dos entrevistados indicam soluções ligadas ao investimento na infra-estrutura da segurança, por meio da construção de presídios e delegacias, bem como do investimento em equipamentos (carros, armas, etc.); praticamente o mesmo número de en-

trevistados aponta soluções voltadas à criação de projetos sociais direcionados a populações de baixa renda. Essa alternativa parece estar mais próxima da terceira sugestão mais citada para reduzir a violência: investir na geração de emprego e melhorar a renda e os salários das pessoas.

Mas é a quarta alternativa de maior destaque, mencionada por aproximadamente 2 em cada 10 entrevistados, a mais abrangente de todas, pois alia vários setores no âmbito do

serviço público que efetivamente poderiam alavancar uma mudança, não somente na segurança, mas também na educação, a partir de ações que procuram aprimorar a capacidade dos professores, melhorar salários, garantir mais escolas e estudo para todos. Esses entrevistados têm a clara percepção de que somente o empenho do governo em melhorar o nível da educação se constituiria na base para erradicar diversos problemas sociais.

1.8 - O que esperar do presidente eleito em 2006

Entre as expectativas dos entrevistados em relação ao presidente eleito em 2006, mais uma vez a questão do trabalho/emprego aparece como urgente. Em seguida, a segurança pública é mencionada como segunda demanda mais imediata. O investimento em educação e saúde aparece com o mesmo nível de prioridade.

Tabela 30 – Possibilidade de escolher uma única ação para acabar com a violência

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Investiria muito dinheiro na segurança pública, contratando mais policiais, construindo mais presídios, melhorando a atuação das delegacias, com mais carros, armas e equipamentos	26
Criaria muitos projetos sociais para ajudar os mais pobres a ter casa, comida e trabalho	25
Investiria na geração de empregos e na melhoria da renda e dos salários das pessoas	19
Investiria mais na educação, contrataria mais professores, melhoraria os salários, construiria mais escolas e garantiria que todo mundo que quisesse estudar tivesse acesso à escola	18
Investiria em ações de prevenção da violência na escola, no local de trabalho, faria campanhas contra a violência e mobilizaria a TV, rádio, jornais e revistas para uma cultura de paz	10
Não sabe/não opinou	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

2. O que oferecer ao país

A pesquisa reitera o potencial dos jovens adolescentes brasileiros para o desenvolvimento do país. Mais do que esperar ações do governo, eles demonstram um desejo de fazer parte do processo de

transformação social, oferecendo disponibilidade de contribuir pessoalmente para melhorar a vida que vêm levando atualmente, por meio de ações ligadas à saúde, educação, esporte, lazer e cultura, trabalho e participando de ONGs.

Tabela 31 – Pedido ao presidente da República para o nosso país - Espontânea

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Educação	%
Melhorar a educação	13
Construir mais escolas	6
Melhorar o nível dos professores	2
Saúde	%
Cuidar da saúde do país	13
Mais hospitais	3
Mais médicos nos hospitais	2
Segurança pública	%
Mais segurança pública	21
Acabar com a violência	8
Mais policiamento / equipamentos policiais mais modernos / treinamento	7
Emprego	%
Geração de empregos	36
Melhorar os salários dos trabalhadores	3
Habitação	%
Casas para o povo	3
Medidas sociais	%
Igualdade social	4
Acabar com a fome / miséria / pobreza	3
Combater o tráfico de drogas	2
Ajudar os pobres	2
Medidas policiais	%
Combater a corrupção / propinas	5
Dedicar-se mais / governar melhor	2
Outras Medidas	(%)
Obras de infra-estrutura	2
Mais opções de lazer	2
Acabar com o preconceito	2
Outros – Ex: Saneamento básico, melhorar qualidade de vida, melhorar a política, ouvir o povo. (*)	13

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) Respostas com valor igual ou inferior a 1%

2.1 – O desejo de participar mais

Do total de jovens entrevistados, 16% afirmam participar ou ter participado em algum grupo, ONG ou projeto social. Há uma manifestação clara, entretanto, de interesse em se envolver em projetos de transformação social, menos ligados à política tradicional, e mais voltados para temas específicos que tenham impacto em sua comunidade ou em um grupo identitário. Entre as atividades citadas pelo entrevistador, as que despertam maior interesse de participação são as que propõem atos em defesa de minorias raciais (64%) e das mulheres (63%). Também é relevante o número dos que se interessam por reivindicar melhorias para sua comunidade (61%). O interesse por comícios de partidos políticos é o mais baixo (17%).

O que motivaria um total de 68% dos entrevistados afirmarem que não participaram nem pretendem participar de manifestação pelos direitos dos homossexuais? Embora não

tenha sido possível aprofundar as razões desta resposta, vale destacá-la como tópico para reflexão. Na mesma linha, o que os levaria a se distanciarem de projetos ligados aos partidos políticos (58% não pretendem participar) e às manifestações pela reforma agrária (55% não pretendem participar). Entre os que já têm uma atuação social, os temas de reivindicação mais frequentes são atos pela paz (15%) e em defesa do meio ambiente (13%). Também foi mencionada a participação em atividades de voluntariado (12%), reivindicações comunitárias (10%), direitos das mulheres (9%) e defesa das minorias raciais (8%).

Para os jovens adolescentes que participam de ONGs, a principal motivação para a realização desse trabalho é a descoberta de que a solidariedade os ajuda a crescer, adquirir conhecimento, preservar o meio ambiente, aprender novos rumos a serem tomados profissionalmente.

Tabela 32 – Participação em projetos de transformação social

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral				
	Sim		Não		Não Opinou
	Sim	Não mais	Mas pretende	Nem pretende	
Atos em defesa das minorias raciais	8	3	64	22	2
Atos em defesa dos direitos das mulheres	9	3	63	23	2
Manifestação para reivindicar algo para sua comunidade	10	7	61	20	2

Atos pela paz	15	10	59	14	1
Atos em defesa do meio ambiente	13	11	58	16	2
Atividades voluntárias	12	8	54	24	2
Manifestação pelos direitos dos homossexuais	3	1	24	68	3
Comícios de partidos políticos	8	16	17	58	2
Manifestação pela reforma agrária	4	2	36	55	3

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

Tabela 33 – Qual a contribuição da participação em projetos sociais para sua vida? – Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Ajudar a comunidade também me ajuda	25
Adquirir conhecimento	14
Ajudar o próximo / dando carinho / atenção / solidariedade	14
Lição de vida	8
União / convivência / amizade com grupo de amigos da comunidade	7
Ter o reconhecimento da comunidade	3
Aprendi a preservar o meio ambiente, a natureza	3
Passar o conhecimento adquirido/evangelizar/ensinar	2
Respeitar o próximo com suas diferenças	2
Aprendi a agradecer pelo que tenho/dar valor a vida/não usar drogas	2
Outros – Ex: ser mais organizado, ter mais paciência, me tornei mais comunicativo com as pessoas. (**)	10
Não sabe / não opinou	11

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos.

2.2 – Mais qualidade de vida: contribuições pessoais

Ao serem indagados sobre o que poderiam fazer para melhorar sua vida atual, 21% responderam que poderiam estudar mais/concluir os estudos para ter um emprego

melhor. Em seguida, 18% responderam que conseguir um emprego seria a atitude correta para aprimorar a sua vida. Um total de 40% dos entrevistados avalia que sua contribuição pessoal é menor do que a média dos demais jovens.

Tabela 34 – O que você pode fazer para melhorar a vida atual – Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Estudar mais / concluir os estudos para ter emprego melhor	21
Conseguir um emprego	18
Cultivar / manter a família unida / gostar da família	8
Ajudar financeiramente a família / retribuir	6
Voltar a estudar	4
Melhorar o comportamento pessoal / tratar o outro melhor	4
Cuidaria da aparência / saúde	3
Cobrar mais responsabilidade/honestidade/eficiência do governo	2
Outros – Ex: Continuar lutando pelos objetivos, pedir melhorias na saúde, na educação, ter boa alimentação, praticar esportes. (**)	12
Nenhuma	4
Não sabe/não opinou	37

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

(**) Respostas com valor igual ou inferior a 1%.

2.3 – Colaboração pessoal para melhorias na saúde

Muitos jovens adolescentes não sabem exatamente qual poderia ser a sua contribuição pessoal para melhorar a área de saúde. Um total de 26% respondeu não saber ou não opinou sobre a questão. As propostas que aparecem com maior destaque são:

palestras de conscientização (11%); orientar amigos, jovens e outras pessoas (9%); e fazer campanhas e cartazes (8%).

Entre as proposições pessoais dos entrevistados para melhorar a saúde do país, há uma tendência mobilizadora que sugere ações voltadas para a educação de pares, orientação, aconselhamento e diálogo.

Tabela 35 – O que você poderia fazer para contribuir com a área da saúde – Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Fazer palestras para conscientização	11
Orientar meus amigos / jovens / pessoas	9
Aconselhar pessoas a usar o preservativo	9
Fazer campanhas / cartazes	8
Aconselhar as pessoas a não usar drogas	5
Usar preservativo	4
Mostrar o que é prejudicial à saúde	3
Incentivar as pessoas a procurarem tratamento médico	3
Proibir a venda/produção de cigarros/álcool/drogas	2
Aconselhar as pessoas a não beber	2
Investir mais na saúde/dar apoio/recursos	2
Distribuir camisinhas	2
Orientar pessoas / jovens a prevenir de DST / AIDS	2
Conscientizar as pessoas	2
Nada	7
Outros – Ex: Promover debates, aconselhar a ter uma alimentação saudável, divulgar na mídia. (**)	23
Não sabe/não opinou	26

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007
 (*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.
 (**)Respostas com valor igual ou inferior a 1%

2.4 – Mudanças na escola

Em geral, é limitada a resposta dos jovens adolescentes sobre o que poderiam fazer para melhorar a situação da escola: entre os entrevistados, 38% afirmam não saber ou não opinaram sobre a questão. Esse dado deve ser lido conjuntamente com o tema da participação dos jovens nas decisões escolares: 49% dizem participar pouco e 22% não participar nada.

A pesquisa indica, entretanto, que há um potencial para a participação a ser trabalhado. Quando são perguntados sobre o que poderiam fazer pessoalmente para melhorar a escola, um bloco de respostas ligadas à participação, colaboração, reivindicação e organização em grupos atinge praticamente 40% das opiniões. Outras respostas mais dispersas indicam a disposição ao diálogo, preservação da escola, empenho pessoal e organização de diversas atividades.

Tabela 36 – Colaboração pessoal para melhorar a situação da escola (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Ter mais interesse e participação nos assuntos da escola	8
Reivindicar melhorias na escola	7
Preservar a escola / colégio	5
Reunir alunos e outras pessoas para fazer melhorias na escola	5
Melhorar o diálogo / relação com professores e direção	5
Ser mais esforçado / estudar mais	4
Outras citações com menos de 1%	4
Contratar professores mais capacitados / capacitar os professores	4
Promover debates / organizar palestras	4
Reivindicar troca da direção / melhoria da direção	3
Organizar atividades culturais e recreativas	3
Reivindicar computadores/equipamentos/materiais	2
Criar núcleo estudantil/grêmio	2
Formar grupos de alunos/ensinar/ajudar outros alunos	2
Reivindicar melhoria do ensino	2
Promover integração da escola com a comunidade	1
Construir salas de aula/construir ou reformar quadras	1
Reivindicar atividades culturais/extracurriculares	1
Organizar eventos para arrecadar fundos para comprar aparelhos	1
Estimular alunos e professores	1
Reivindicar soluções para o problema da violência	1
Nada	8
Não sabe / não opinou	38

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

2.5 – Mais lazer, esporte e cultura

A lista do que poderiam fazer para melhorar as alternativas de lazer, esporte e cultura em suas comunidades é relativamente limitada pelo fato de 44% dos entre-

vistados terem afirmado que não sabem ou terem optado por não opinar sobre o tema. A proposta de reivindicar à prefeitura para que construa mais obras de lazer aparece em primeiro lugar, com 11% das respostas.

Tabela 37- Colaboração pessoal para melhorar as opções de lazer, esporte e cultura - Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Reivindicar à prefeitura que construísse mais áreas de lazer	11
Organizar campeonatos de futebol	6
Fazer mais eventos esportivos	6
Construir mais lugares / áreas de lazer	6
Incentivar as pessoas a participarem de eventos esportivos	5
Fazer campanhas para melhorar as áreas de lazer	3
Divulgar os eventos esportivos	2
Outros – Ex: Formar times nos bairros, organizar gincanas, organizar festas, juntar amigos para construir quadras/áreas de lazer. (**)	14
Nada	10
Não sabe / não opinou	44

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de múltiplas respostas.

(**)Respostas com valor igual ou inferior a 1%

2.6 – Um cenário melhor no trabalho

Ao serem indagados sobre o que poderiam fazer ou já estão fazendo, pessoalmente, para ter a possibilidade de trabalhar e se desenvolver em algo de que realmente gostam, os jovens adolescentes apontam em primeiro lugar a iniciativa de estudar/concluir os estudos, com o índice de 49%. Em segundo lugar, atingindo 25%, aparecem os cursos profis-

sionalizantes. A proposição se atualizar/ler alcança apenas 1% das respostas. É possível depreender, não apenas neste segmento, mas de todas as informações levantadas pela pesquisa, que a educação é muito valorizada como meio de inserção no mercado de trabalho e ascensão social. E os entrevistados tomam para si a responsabilidade por um problema estrutural de extrema relevância.

Tabela 38 - O que você poderia fazer ou já está fazendo para trabalhar em algo em que realmente goste? - Espontânea (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral
Estudar / concluir estudo	49
Fazer cursos profissionalizantes	25
Não sabe / não opinou	21
Nada	7
Distribuir currículos / procurar emprego	4
Fazer especialização na área / adquirir conhecimento na área de trabalho	3
Outras citações com menos de 1%	3
Ser dedicado / melhorar desempenho / trabalhar muito	2
Já trabalha no que gosta	2
Buscar informações sobre melhores profissões	1
Prestar concurso público	1
Se atualizar / ler	1

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos

Tabela 39 – Você sente que vai trabalhar na área que gosta? (*)

RESPOSTA (%)	Entrevistados em geral	Classe A/B	Classe C	Classe D/E
Sim	62	72	63	57
Não	24	16	22	29
Não sabe	9	7	10	9
Já trabalha no que gosta	5	6	5	5

Adolescentes e Jovens do Brasil/UNICEF/AyrtonSenna/ItaúSocial/2007

(*) A soma das porcentagens não totaliza 100% em decorrência de arredondamentos

CONCLUSÃO

Como demonstram os números levantados pela pesquisa *Adolescentes e Jovens do Brasil*, os jovens adolescentes brasileiros de 15 a 19 anos não estão alheios aos grandes desafios da sociedade brasileira no novo século. Ao contrário, estão sintonizados com a necessidade de valorização da educação, a criação de novos empregos, o combate à corrupção, o repúdio ao racismo e a urgência de deter a escalada da violência. Na percepção desse segmento, a solução para esses graves problemas passa necessariamente pelo enfrentamento de suas causas sociais, o que põe em xeque uma visão generalizadora predominante no senso comum de que os jovens seriam adeptos de um individualismo exacerbado.

Um dos sinais mais evidentes e alentadores dessa inquietação dos jovens adolescentes é a irrupção de uma nova consciência sobre as relações raciais na sociedade brasileira. Durante muito tempo essa realidade foi escamoteada pela ideologia da democracia racial, que escondeu singularidades, preconceitos e estigmas. A pesquisa indica que, agora, os jovens adolescentes assumem uma postura de vanguarda com respeito ao tema, desmascarando as imagens oficiais e denunciando que são efetivamente atingidos pela discriminação racial em suas relações cotidianas. Esse reconhecimento se constitui em um passo muito importante para o enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil.

Os brasileiros entrevistados nesta pesquisa vivenciam um contexto de contradições em relação às possibilidades de intervenção para transformar a sua realidade. Por um lado, indicam disposição para o diálogo e para a participação; por outro, nem sempre têm a consciência clara sobre o que fazer para modificar este estado de coisas. Mas é preciso assinalar que essa possível perplexidade, desarticulação e dispersão são características de nossa sociedade pós-moderna, marcada pela crise de valores, exaltação do individualismo, culto do hedonismo e esvaziamento das questões coletivas. De suas respostas, é possível depreender que faltam canais para que os jovens possam dar vazão a suas inquietações culturais, sociais e políticas. Com isso, o Brasil perde uma enorme energia potencialmente criadora e transformadora.

Diversas experiências inventivas de educação, mostradas ao longo da pesquisa, demonstram que, quando estimulados, os adolescentes e jovens são capazes de realizar empreendimentos relevantes no campo da arte, da vivência comunitária, da mobilização social e da intervenção política. E, nesse sentido, a pesquisa levanta um precioso acervo de dados não apenas para a compreensão do universo atual dos jovens, mas também para a formulação de políticas públicas nas áreas da educação, dos esportes, da saúde, dos direitos humanos, do trabalho e da segurança pública.